

CAPÍTULO 2

MARCO TEÓRICO: A PSICOPATOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A conduta delituosa na adolescência e seus determinantes interessa sobretudo à Psicopatologia Desenvolvimental³ (*Developmental Psychopathology*), abordagem voltada à identificação e à compreensão dos mecanismos subjacentes à manifestação de problemas de saúde mental ou de comportamento. A perspectiva teórico-metodológica da Psicopatologia Desenvolvimental vem sendo intensamente aplicada no campo da Criminologia, dando origem a uma abordagem específica denominada Criminologia Desenvolvimental. Os pesquisadores neste campo buscam identificar os fatores de risco/vulnerabilidade e de promoção/proteção/resiliência associados ao desenvolvimento de padrões de comportamento antissocial⁴, com o objetivo de entender, explicar e modificar o engajamento infracional. Os estudos têm permitido avançar na produção do conhecimento e no entendimento da conduta antissocial e criar hipóteses sobre relações causais (processos causais) entre as variáveis e, com isso, elaborar e/ou aprimorar programas de prevenção primária e secundária mais eficazes para a população jovem, no sentido de favorecer seu pleno desenvolvimento.

2.1. A Psicopatologia do Desenvolvimento

Historicamente, a Psicopatologia Desenvolvimental (PD) se organiza enquanto construto na obra de Achenbach (1974) e posteriormente se desenvolve em uma abordagem teórica-metodológica tendo como grandes referências os trabalhos de Rutter e Garmazy (1983), Sroufe e Rutter (1984), Rutter (1985), Cicchetti (1984), Cicchetti e Sroufe (2000), Cicchetti e Cohen (1995, 2006) e Cicchetti (2016). A PD é descrita por Cicchetti (2006) como

³ O termo mais utilizado, em língua portuguesa, para a tradução de "*Developmental Psychopathology*" é "Psicopatologia do Desenvolvimento". No entanto, também consta na literatura de língua portuguesa a tradução "Psicopatologia Desenvolvimental". Na presente tese os dois termos serão empregados de modo intercambiável.

⁴ Na presente tese, entende-se que o termo "comportamento antissocial" refere-se a uma amplitude de problemas de conduta. Esses comportamentos podem tanto violar a lei (ex: roubo) como não a violar, mas ir contra as regras/costumes de uma determinada sociedade (ex: consumo de álcool por adolescentes) (Fonseca, 2000; Day, Wankly & Yessine, 2014). Os termos "comportamento delituoso" e "comportamento infracional" serão utilizados para se referir aos considerados crimes, segundo o código penal brasileiro, e o termo "comportamento divergente" será para se referir estritamente aos comportamentos considerados problemas de conduta que não implicam, contudo, em violação de Lei criminal.

uma perspectiva multidisciplinar integrativa sobre “os processos biológicos, psicológicos, sociais e culturais e como a interação entre esses múltiplos níveis de análise podem influenciar as diferenças individuais, a continuidade ou a descontinuidade dos padrões de comportamentos adaptativos ou não adaptativos, e as trajetórias pelas quais os desfechos de desenvolvimento normal ou patológico são alcançados”. Seu objetivo final é “explicar o desenvolvimento de padrões individuais de adaptação ou mal adaptação”. Embora o próprio autor reconheça que há algumas divergências entre os pesquisadores em relação à delimitação da PD, em termos gerais, as definições convergem, especialmente quanto à importância dada ao aspecto desenvolvimental e ao foco nas diferenças individuais para a compreensão do desenvolvimento de patologias, transtornos ou qualquer outro desfecho.

Uma das consequências de se definir o objetivo e o escopo da PD é que ela passa a se distinguir de disciplinas correlatas. Embora possua aspectos similares, a PD diverge em concepções relevantes tanto da Psicologia do Desenvolvimento quanto da Psiquiatria Infantil. Conforme destacado por Rutter (2008), a Psicologia do Desenvolvimento busca por marcadores universais do desenvolvimento, enquanto a PD busca por diferenças individuais que produzem mudanças no curso do desenvolvimento à medida que as circunstâncias são alteradas. A Psiquiatria Infantil, por sua vez, se concentra nas causas e nas progressões dos diagnósticos individuais. Posto isso, é importante destacar que apesar do emprego do termo “Psicopatologia” – cujas raízes remontam aos estudos iniciais da PD sobre o desenvolvimento de psicopatologias – os conceitos teóricos, delineamentos de pesquisas, métodos de análises e formas de raciocinar que amparam o campo da PD podem ser aplicados ao estudo de qualquer desfecho desenvolvimental, seja ele negativo ou positivo. Na Criminologia, a perspectiva da PD gerou uma corrente específica denominada Criminologia Desenvolvimental, voltada ao estudo do comportamento antissocial, ou especificamente da conduta delituosa (Nagin & Odgers, 2010). Nessa, os pesquisadores buscam identificar os principais fatores de risco e de proteção associados ao desenvolvimento – a continuidade e a descontinuidade – de padrões de comportamento antissocial, designadamente o engajamento infracional (Bazon, Komatsu, Panosso & Estevão, 2011; Le Blanc, 2002).

Com base no entendimento de que os padrões adaptativos⁵ e mal adaptativos são possíveis desfechos do desenvolvimento do comportamento, situado no contexto do

⁵ O conceito de adaptação empregado pela Psicopatologia do Desenvolvimento difere do termo utilizado no campo da Biologia Evolutiva. Na Biologia, a seleção natural filtra os traços que favorecem a sobrevivência e o sucesso reprodutivo, selecionando os indivíduos mais adaptados a determinado ecossistema. Na PD, o termo adaptativo é geralmente empregado para designar comportamentos que promovem o bem-estar do indivíduo e

desenvolvimento humano, há seis importantes assunções da PD que merecem destaque. A primeira refere-se à noção de continuidade no processo de desenvolvimento, de modo que o efeito de experiências prévias é levado adiante ao longo do desenvolvimento (Polanczyk, 2009; Rutter, 1979; Rutter, 2008). Nesse sentido, o efeito de uma ou outra experiência estressora muitas vezes é insuficiente para produzir um desenvolvimento atípico, em virtude do que se salienta a importância do efeito cumulativo de variados eventos adversos, seja pela cronicidade seja pela gravidade desses, e de sua incidência no curso de vida do indivíduo. Por exemplo, no estudo de Stoddard, Zimmerman e Bauermeister (2012), no qual 750 adolescentes estadunidenses foram acompanhados por quatro anos, identificou-se que a curva de crescimento do número de fatores de risco era acompanhada pela curva de crescimento de comportamentos violentos, ou seja, para cada fator de risco a mais a que os jovens estavam expostos, com o passar dos anos, maior a frequência dos comportamentos manifestados violentos por eles, ao passo que para cada fator de risco a menos, menor as chances de manifestação desses comportamentos.

A segunda refere-se à tendência inata de os indivíduos se adaptarem ao seu ambiente, o que significa dizer que se o ambiente for “patológico” (disfuncional), aumentam as chances de a adaptação também ser patológica (Duntley & Buss, 2011; Komatsu, Costa & Bazon, 2018; Polanczyk, 2009). Nesses casos, os mecanismos de adaptação empregados pelo indivíduo produzem um desajuste emocional, psicológico ou social. Os estudos mostram que indivíduos imersos em ambientes conturbados como, por exemplo, uma criança ou um adolescente vivendo em uma família chefiada por adultos que possuem estilos parentais inadequados, residindo em um bairro com altas taxas de criminalidade, estão mais em risco de desenvolverem transtornos ou manifestarem comportamentos antissociais (Van de Weijer, Augustyn & Besemer, 2017; Wadsworth, 2015). No caso do comportamento violento, seu desenvolvimento poderia ser explicado por três mecanismos: pelo contra-controle, no qual o indivíduo responde a ambientes ou a situações hostis, se comportando de forma igualmente hostil; por modelagem (uso da violência para obtenção de reforços); por modelação (imitação) de comportamentos violentos em razão de sua exposição a modelos desviantes. Quando a conduta violenta é integrada ao repertório de comportamentos do indivíduo, ela pode passar a ser utilizada com mais frequência e/ou ser generalizada a outros ambientes, mesmo naqueles em que a violência não é necessária, nem aceitável.

A terceira estabelece que o estágio desenvolvimental – geralmente aferido pela idade, porém não restringido a ela – contribui de maneira única à organização das experiências passadas, à assimilação e à acomodação das experiências presentes, e à direção do desenvolvimento, influenciando o futuro de cada indivíduo (Cicchetti, 2006). Komatsu, Costa e Bazon (2018) destacam que as inúmeras e intensas transformações em curso, na adolescência, apresentam-se como uma janela de oportunidades, pois propiciam o desenvolvimento de aptidões e a aquisição de competências mais facilmente e mais rapidamente. Assim, de um lado, se os estímulos ambientais existem e são adequados, o adolescente faz aquisições que lhe permitirá lidar de modo cada vez mais competente com as complexas demandas psicossociais. De outro lado, se os estímulos ambientais não existem ou são inadequados, haverá defasagens/déficits que perpassarão sua adaptação psicossocial, concorrendo para a emergência de problemas de comportamento e, até mesmo, transtornos mentais. Sem a estimulação adequada, o desenvolvimento dos circuitos neurais pode sofrer um atraso, limitando as capacidades executivas do adolescente e aumentando sua dificuldade em responder apropriadamente às demandas sociais (Komatsu, Costa & Bazon, 2018). Por conseguinte, a adolescência, enquanto estágio desenvolvimental, é tida também como um período sensível e por isso é considerada uma etapa crucial para compreender o surgimento e o desenvolvimento de problemas psicossociais relevantes.

A quarta premissa inerente à PD assinala que o desenvolvimento neurobiológico – estrutura e funcionamento do sistema nervoso – afeta o comportamento, mas também é, em si, afetado pelas experiências de vida. Os estudos demonstram que experiências psicológicas e sociais podem modificar a expressão gênica e alterar a estrutura, a organização e o funcionamento do cérebro e das conexões neurais (Kandel, 1998, 1999, 2013). Esse ponto é especialmente importante para entender a trajetória de indivíduos considerados difíceis de lidar na convivência social. Sabe-se que o temperamento⁶ assenta-se em bases biológicas e tem, assim, um forte componente genético. Estudos mais recentes mostram que alguns traços manifestos durante a infância predizem diferenças individuais no desenvolvimento de psicopatologias (Buss & Plomin, 2015; Papageorgiou & Ronald, 2017). Assim, crianças com “temperamento difícil”, associado, por exemplo, à impulsividade marcada, tendem a ser disruptivas e a causar problemas em algumas situações sociais, sendo, desde cedo, rotuladas como difíceis e, frequentemente, castigadas por isso, de forma que as interações sociais são

⁶ **Temperamento** se refere à “*natureza emocional de um indivíduo, incluindo sua suscetibilidade à estimulação emocional, suas forças habituais e velocidade de resposta, a seu humor predominante e as peculiaridades, flutuações e intensidade de seus humores; são esses fenômenos considerados como constitucionais do indivíduo e, portanto, de origem predominantemente hereditária*” (Allport, 1937, p. 54).

para elas mais negativas que positivas, gerando ansiedade e frustração, de modo que as características de funcionamento inicial, negativas, intensificam-se. Em contraposição, crianças com “temperamento fácil”, associado a traços mais dóceis, podem despertar maior disposição de proximidade e de cuidado por parte dos adultos, resultando em maior estimulação positiva. Esses exemplos ilustram como a vida social pode favorecer alguns traços e desfavorecer outros. Portanto, as experiências de vida podem modificar (intensificar ou atenuar) a expressão das características associadas ao temperamento dos indivíduos, o que concorre para influenciar as trajetórias de indivíduos, conhecimento importante que precisa ser considerado nos programas de prevenção e de intervenção dos problemas de comportamento.

A quinta assunção remete à constatação de que subgrupos de indivíduos que manifestam problemas similares num ponto de suas trajetórias podem ter alcançado essas condições por meio de trajetórias distintas – concepção atinente ao conceito de *equifinalidade*; e de que um único fator ou um conjunto de fatores pode conduzir a uma grande variedade de desfechos – conceito atinente ao conceito de *multifinalidade* (Cicchetti & Rogosch, 1996). Os conceitos de equifinalidade e de multifinalidade ressaltam, mais uma vez, a importância das características individuais para explicar o desenvolvimento de psicopatologias ou de problemas de comportamento. Nessa linha de raciocínio, Le Blanc (1997) ressalta que as características gerais de uma sociedade, ou seja, os fatores macrosociais, são relevantes para explicar as taxas de crime, de modo que compõem um *background* que pode favorecer ou desfavorecer a manifestação de determinados crimes nesta sociedade; mas são os fatores relacionais e individuais que podem explicar porque somente um certo número de pessoas, nesta mesma sociedade, pratica crimes e envolve-se em atos violentos.

Por fim, a sexta assunção salienta que os conceitos de adaptação e de mal adaptação devem ser interpretados considerando-se o contexto sociocultural, assim como o histórico de experiências e o nível de organização e o funcionamento biológico e psicológico do indivíduo (Cicchetti, 2006; Lewis, 2014). Por exemplo, um certo nível de agressividade pode ser necessário para ser bem-sucedido na prática de determinados esportes, mas não nas relações entre casais. A cultura também exerce influência na forma pela qual os sintomas são manifestados. Como observado por Cicchetti (2006), valores, crenças e práticas culturais tendem a reprimir manifestações de problemas em certos domínios e tolerar ou mesmo fomentar em outros. Por exemplo, a cultura de muitos países é mais tolerante a problemas de

comportamentos externalizantes em meninos do que em meninas e, ao revés, a problemas internalizantes em meninas, mas não em meninos.

Esses aspectos reforçam a ideia de que o processo de desenvolvimento dos padrões comportamentais é específico, de modo que os mecanismos causais têm resultados diferentes conforme o momento desenvolvimental do indivíduo e suas histórias de adaptação e do contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido, assumindo-se, assim, que padrões de comportamento similares podem ser considerados adaptativos em alguns contextos e mal adaptativos em outros. Utilizar a PD para estudar o desenvolvimento da conduta violenta na adolescência implica verificar as experiências anteriores, como essas influenciam o presente, como explicam o padrão comportamental manifesto, e como predizem o desenvolvimento subsequente até a vida adulta.

Assim, entende-se que o desenvolvimento da conduta violenta é causado por fatores de risco que se apresentam em diferentes fases da vida: no período pré-natal (ex.: hábito de a mãe fumar durante a gravidez), na infância (ex.: maus-tratos), na adolescência (ex.: pares infratores) e na vida adulta (ex.: psicopatologia). Esses fatores também podem ser de diferentes níveis: genéticos (ex.: temperamento impulsivo), cognitivos (ex.: dificuldade de aprendizado), psicológicos (ex.: crenças e atitudes hostis), relacionais (ex.: modelos violentos em casa), sociais (ex.: baixa renda) e culturais (ex.: comunidade que valoriza a violência como forma de resolver conflitos). Dessa forma, hipotetiza-se que o comportamento violento se desenvolve tendo por base os efeitos de vários fatores de risco que se acumulam ao longo do tempo para um mesmo indivíduo, mediante a carência de fatores de proteção, em um contexto específico que proporcionará a manifestação da conduta violenta.

2.2. Fator de risco, fator de promoção, fator de proteção e resiliência: definições

O principal foco de investigação da Criminologia Desenvolvimental – ou da PD aplicada aos comportamentos antissociais – tem sido os fatores que interferem de forma significativa no curso do desenvolvimento e que possam explicar por que algumas pessoas desenvolvem um padrão de comportamento antissocial e de conduta violenta, e outras não. Esses fatores são chamados de risco, de proteção ou de promoção, dependendo de como interferem – aumentando ou diminuindo – a probabilidade de o indivíduo manifestar comportamentos antissociais.

A maioria dos estudos criminológicos tem focalizado os fatores de risco em detrimento dos fatores protetivos, construindo o que veio a se chamar de paradigma da redução dos fatores de risco (Farrington, 2000). A ideia básica desse paradigma consiste em identificar os fatores de risco associados à conduta delituosa e delinear estratégias para anulá-los ou reduzi-los. *Fator de Risco* tem sido definido como uma característica, experiência ou evento que aumentam as chances de um indivíduo desenvolver uma condição, comparado a outros indivíduos não estão expostos às mesmas condições (Kraemer, Kazdin, Offord, Kessler, Jensen & Kupfer, 1997). O fator pode ser mensurado de forma categórica (ex: rendimento escolar bom ou ruim) ou contínua (ex: rendimento escolar variando de 0 a 10). Kraemer, Kazdin, Offord, Kessler, Jensen e Kupfer (1997) estabelecem que para demonstrar que uma variável é “de risco” ela precisa ser mensurada em uma população que não possui a condição clínica focalizada (ex: comportamento violento) e distinguir indivíduos que subsequentemente desenvolvem tal condição dos indivíduos que não a desenvolvem. Contudo, a mera significância estatística não é suficiente para concluir que uma variável é de risco, uma vez que em uma amostra suficientemente grande qualquer variável pode se mostrar estatisticamente significativa. Para isso, Kraemer e colegas (1997) listam cinco requisitos para estabelecer que uma determinada variável é um fator de risco para um dado desfecho mal adaptativo:

- A variável desfecho deve ser claramente definida e mensurada de forma válida e confiável;
- A população (universo) e a amostra devem ser claramente definidas;
- A variável explanatória (fator de risco) deve ser claramente definida e deve ocorrer temporalmente antes da variável de desfecho;
- Procedimentos de análise devem ser utilizados para distinguir adequadamente grupos de alto risco de grupos de baixo risco;
- Procedimentos de análise devem ser utilizados para garantir que a diferença entre os grupos de alto risco e os grupos de baixo risco possuam algum significado prático.

Nesse sentido, mais do que garantir a correlação entre duas variáveis, a denominação “fator de risco” deve ser atribuída apenas àquelas que possuem uma ligação causal – por via direta ou indireta – à condição clínica de interesse, considerando-se também a pertinência teórica e prática do raciocínio que decorre desta ligação. Por esse motivo é importante que

haja uma teoria que ampare e dê significado à associação estatística entre as variáveis. Ao contrário, pode-se chegar a conclusões sem sentido, baseado em relações espúrias.

Adicionalmente ao conceito de fator de risco, os pesquisadores têm identificado fatores ou marcadores de vulnerabilidade. *Vulnerabilidade* tem sido definida como condições que aumentam o efeito de um fator de risco (Luthar, 2006). Por exemplo, no estudo de Newsome, Vaske, Gehring e Boisvert (2016), identificou-se que o sexo masculino consiste em um marcador de vulnerabilidade para diversos fatores de risco ambientais, uma vez que meninos tendem a ser mais negativamente influenciado por esses fatores do que as meninas. Assim, embora muitos estudos misturem os conceitos de fator de risco e de vulnerabilidade, este último, sozinho, não aumenta as chances de um desfecho negativo, mas acompanhado do fator de risco potencializam os efeitos deste sobre o indivíduo considerado vulnerável.

Em uma lógica inversa a de fator de risco, tem-se discutido a existência de *Fatores de Promoção*, definidos como característica, experiência ou evento que diminuem as chances de um indivíduo desenvolver uma condição, comparado a outros indivíduos da mesma população não expostos ao mesmo fator (Farrington, Ttofi & Piquero, 2016). Como observado por Farrington, Ttofi e Piquero, os fatores de risco e de promoção são, muitas vezes, lados da mesma moeda. Algumas variáveis são consideradas de risco em um extremo (ex: fraco vínculo familiar) e de promoção em outro (ex: forte vínculo familiar), sendo por isso chamadas de variáveis de Risco e de Promoção (ou mistas). Contudo, uma variável pode ser exclusivamente de Risco ou exclusivamente de Promoção, quando sua presença apenas aumenta ou apenas diminui as chances de manifestação do desfecho mal adaptativo focalizado. Como consequência dessa definição, não há interação entre um fator de risco e um fator de promoção, pois ou eles, por vezes, se referem a uma mesma variável ou, por vezes, são exclusivos.

Diferencialmente, tem-se também o conceito *Fator de Proteção* como uma variável que interage com o fator de risco, anulando seu efeito (fator de proteção interativo) ou diminuindo seu efeito (fator de proteção *risk-based*), conforme ressaltam Farrington e colegas (2016). Dessa forma, quando um fator de proteção interativo está presente, a probabilidade de manifestação do desfecho, mediante a presença do fator de risco, não aumenta; quando o fator de proteção interativo está ausente, o fator de risco incrementa a probabilidade do desfecho mal adaptativo. Quando um fator de proteção *risk-based* está presente em um grupo de risco, a probabilidade do desfecho nesse grupo é menor quando comparado a outro grupo igualmente exposto ao mesmo nível de risco. Por exemplo, no estudo de Komatsu, Wenger, Costa, Bazon e Andrés-Pueyo (2019) verificou-se que adolescentes em conflito com a lei para

os quais se contavam seis fatores de proteção apresentaram uma taxa de reincidência de 26%, ao passo que aqueles para os quais se contava apenas três fatores de proteção apresentaram uma taxa de 48% e aqueles para os quais não se contava nenhum fator apresentaram uma taxa de 59%. Focalizando a reincidência em delitos violentos, as taxas foram, respectivamente, 11%, 26% e 35%. Considerando que o número de infrações não diferia significativamente entre os grupos de adolescentes (formados em função do número de fatores proteção) e que o número de fatores de risco a que estariam expostos foi controlado, o estudo mostra a importância dos fatores protetores na redução da delinquência e da violência.

Nesse sentido, apesar do domínio do paradigma de prevenção baseada na redução/eliminação do risco, no campo da Criminologia Desenvolvimental, há um corpo crescente de estudos fomentando a discussão sobre a importância de se focar os fatores protetores (Farrington et al., 2006; Glowacz & Born, 2015; Komatsu, Wenger, Costa, Bazon & Andrés-Pueyo, 2019; Rutter & Giller, 1983; Smith, Lizotte, Thornberry & Krohn, 1995). Esses mostram que indivíduos, mesmo expostos a numerosos fatores de risco, se adaptam de forma positiva. A explicação para essas diferenças individuais seria a presença dos fatores protetores, por meio dos quais se desenvolveria a *resiliência*. Para Pollard, Hawkins e Arthur (1999), focar nos fatores protetores para aumentar a resiliência dos jovens promove uma abordagem mais positiva e mais atrativa para indivíduos e comunidades que o paradigma da redução dos fatores de risco, que enfatiza déficits e problemas.

A resiliência refere-se a uma adaptação positiva frente a condições adversas ou traumáticas que geralmente produzem a mal adaptação (Luthar, Cicchetti & Becker, 2000; Masten, Best & Garmezy, 1990). Segundo Luthar (2006), a resiliência em si não é passível de ser mensurada diretamente, sendo, portanto, inferida com base em suas duas subdimensões: a *adaptação positiva* e as *condições adversas*. As *condições adversas* são definidas em termos probabilísticos, como condições de alto risco que se fazem acompanhar por altas chances de mal adaptação em domínios críticos (Masten, 2001). *Adaptação positiva* remete a uma adaptação substancialmente melhor que a esperada dada a exposição a tais circunstâncias adversas, podendo ser mensurada pela manifestação de comportamentos relativos a competências sociais e de autorregulação emocional (Luthar, 2009; Masten, 2001).

Em oposição ao comportamento delituoso/violento, a adaptação positiva seria um estilo de vida pró-social, de acordo com o que é esperado para o estágio desenvolvimental e o contexto sociocultural em que o indivíduo se encontra. As condições adversas seriam os fatores de risco cumulativos relacionados ao ambiente ou às circunstâncias de vida, como a exposição à violência, a associação a pares infratores, a desorganização familiar e outras

variáveis suscetíveis a impactar negativamente o desenvolvimento e de aumentar a probabilidade de um indivíduo cometer delitos (Komatsu & Bazon, 2018, Loinaz, Andrés-Pueyo y Pereira, 2017). Os fatores protetores seriam aqueles suscetíveis de favorecer o desenvolvimento de capacidades que melhoram a resposta do indivíduo em um meio adverso, diminuindo a probabilidade de ele se engajar em atividade delituosa ou em violência (Komatsu et al., 2019; Luthar, 2006).

Ao perceber que nem todas as crianças e adolescentes em alto risco desenvolvem a condição correspondente ao risco, os pesquisadores se interessaram em identificar fatores particulares desses indivíduos (Cicchetti & Curtis, 2006; Luthar, 2006). Dessa forma, a pesquisa sobre resiliência se desenvolveu para suplantiar uma lacuna do paradigma da prevenção do risco, de modo que o conhecimento sobre os processos de resiliência em circunstâncias específicas de risco tornou-se fundamental para sinalizar os fatores que merecem mais atenção em cada condição de risco em particular. Em termos de prevenção primária e secundária, se faz necessário priorizar os domínios “de proteção” mais relevantes com relação à possibilidade de gerar benefícios substanciais ao indivíduo (Luthar & Zelazo, 2003). Nesse sentido, Luthar (2006) propõe cinco critérios para identificar os fatores de proteção mais relevantes, suscetíveis de gerar resiliência:

- Devem ser conceitualmente mais salientes ou se relacionar mais fortemente ao risco em particular;
- Devem ser relativamente maleáveis ou responsivos a intervenções ambientais;
- Devem ser proximais ao indivíduo, em detrimento dos distais;
- Devem produzir efeitos mais duradouros na vida do indivíduo;
- Devem ter potencial para gerar outros ganhos, catalizando as forças e mitigando as vulnerabilidades.

Um exemplo genérico que cumpre todos os critérios acima e poderia ser aplicado à prevenção é a “educação de alta qualidade”, na infância, especialmente em comunidades mais vulneráveis. A educação cumpre o critério de saliência, relacionando-se a vários resultados positivos na vida; é passível de intervenções externas; afeta diretamente a criança; e produz efeitos duradouros e promove a aquisição de outras habilidades psicológicas, cognitivas e sociais (Luthar, 2009).

2.3. Fatores de risco e de proteção relacionados ao engajamento infracional envolvendo condutas delituosas violentas: revisão sistemática da literatura

Inúmeras pesquisas, com perspectiva desenvolvimental, se dedicaram a identificar fatores de risco e de proteção associados à manifestação e à manutenção da conduta delituosa, em adolescentes, e especificamente às condutas violentas. O presente tópico apresenta o trabalho de revisão sistemática da literatura relativa a essa produção científica recente. Para tal, adotou-se o seguinte procedimento de execução: 1) formulação da questão norteadora para a revisão; 2) seleção das bases de dados; 3) definição da estratégia de busca; 4) procedimentos de coleta e de seleção de dados; 5) análise e apresentação dos resultados; 6) interpretação dos dados e apresentação da revisão sistemática.

Formulação da questão norteadora. A questão norteadora foi formulada a partir do modelo P-V-O: P (participantes/contexto/situação-problema), V (variáveis em estudo) e O (desfechos/resultados da busca), segundo protocolo descrito pela Biblioteca Virtual de Saúde (BVS, s.d.). Assim, a pergunta norteadora deste estudo foi: *Quais variáveis (preditores) possuem relação proximal e relevância teórica e prática com relação à conduta delituosa violenta na adolescência?* Os componentes do modelo PVO possuíram a seguinte estrutura: P – adolescentes da população que foram entrevistados/avaliados em dois ou mais períodos da vida; V – condutas delituosas violentas; O – identificação de variáveis independentes/preditoras, antecedentes ao envolvimento em condutas delituosas violentas.

Seleção da base de dados. O levantamento se deu na plataforma *Web of Science*, que consiste em um sistema de buscas que envolve diversas bases de dados e que cobre um amplo espectro de periódicos (mais de 20 mil com avaliação por pares) multidisciplinares e mais de 100 mil livros (Clarivate Analytics, 2019).

Estratégia de busca. Considerando a questão norteadora, utilizou-se os seguintes termos de busca: ((violen*) AND (delinquen* OR offen*) AND (longitudinal)) e se restringiu a selecionar os artigos dos últimos três anos (2016, 2017 e 2018) em todos os idiomas disponíveis. Adicionalmente, pela relevância de alguns materiais que não se encontram nesse tipo de base de dados, se incluiu nas análises protocolos de Avaliação de Risco de Violência (ARV) mais utilizados no mundo, segundo a revisão de Singh e colegas (2014). Como condição de inclusão de estudos no presente levantamento, levou-se em conta os critérios de relevância propostos por Luthar (2006), verificando os fatores com maiores efeitos identificados por revisões sistemáticas anteriores (Hawkins et al., 2000; Komatsu & Bazon,

2018; Lipsey & Derzon, 1998). De modo complementar, levou-se em consideração os critérios propostos por Kraemer e colegas (1997) para estabelecer o efeito entre as variáveis independentes e dependente, selecionando estudos com as seguintes características: variável dependente se referia a alguma modalidade de conduta delituosa violenta; amostra composta por crianças ou adolescentes da população; delineamento de pesquisa longitudinal, de modo a garantir que o fator explanatório precedia a variável de interesse – a conduta delituosa violenta.

Procedimentos de coleta e seleção de informações. A busca dos artigos nas bases de dados ocorreu no mês de dezembro de 2018. A triagem foi realizada por dois pesquisadores independentes, por meio da leitura de títulos e resumos identificados no cruzamento dos descritores utilizados na estratégia de busca, considerando a questão norteadora da revisão e os critérios de inclusão previamente estabelecidos. Na segunda etapa, os pesquisadores recuperaram e leram na íntegra os trabalhos selecionados e buscaram as informações disponíveis em relação à razão de chances (*Odds Ratio [OR]*) relacionadas à população exposta à variável preditora e à população não exposta à variável preditora. Os estudos em que as informações disponíveis eram o *Beta* (em vez de OR) e o intervalo de confiança (em vez do erro padrão), os valores foram transformados calculando-se o exponencial do *Beta* e dividindo-se o intervalo de confiança de 95% por 3,92. As informações foram armazenadas em uma planilha digital contendo as seguintes informações: autores, ano do estudo, país onde o estudo foi desenvolvido, número de participantes, variáveis mensuradas e os respectivos instrumentos, OR e erro padrão.

Análise e apresentação dos resultados. Os estudos foram analisados de modo quantitativo e qualitativo. Na primeira etapa realizou-se metanálises para combinar o efeito dos estudos e obter um resultado de evidência mais robusta, na qual o efeito de medida utilizado para a análise foi o OR entre participantes expostos e não expostos às variáveis/condições predictoras, utilizando-se como medida de variabilidade o erro padrão. A metanálise foi realizada quando o número de estudos sobre um mesmo construto (fator preditor) era igual ou superior a três. Ressalta-se que um construto pode ser formado por diferentes variáveis/indicadores (por exemplo, o autocontrole é um construto que abarca outros como impulsividade ou controle da raiva). As análises foram realizadas utilizando-se a função *rma.uni()* do pacote estatístico *Metafor* (Viechtbauer, 2010) do software R, versão 3.5.1. A avaliação da heterogeneidade entre os estudos e sua magnitude foi realizada mediante os testes *Q de Cochran* e o índice *I²*. As porcentagens de referência para a heterogeneidade, considerando-se o índice *I²*, foram: próximas de 25% (baixa), próximas de 50% (moderada) e

próximas de 75% (alta) (Higgins & Thompson, 2002). Os resultados foram apresentados em gráficos de floresta (*forest plot*), nos quais as medidas apresentadas foram os logaritmos dos OR. Na segunda etapa, os estudos foram analisados de forma descritiva e crítica, buscando relacionar as variáveis preditoras ao engajamento em delitos violentos por meio da relação teórica e empírica.

O levantamento resultou em 395 estudos, dos quais 34 foram selecionados seguindo os critérios de inclusão acima indicados. Esses estudos abarcaram 229 fatores explanatórios – 176 de risco e 53 de proteção – e um total de 2.538.730 participantes de 10 países distribuídos entre os continentes América do Norte (Estados Unidos), Ásia (Coréia do Sul), Europa (Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Holanda, Reino Unido, Suécia) e Oceania (Austrália). Os dois tópicos a seguir destacam os principais resultados dessa revisão.

2.3.1. Os fatores de risco para a conduta violenta

Os fatores de risco apresentados nesta seção foram agrupados em três categorias – históricos, pessoais e contextuais. Os *Fatores de Risco Históricos* consistem em experiências - passadas - e, portanto, não suscetíveis a mudanças. Esses fatores são levados em consideração em todos os protocolos de ARV devido às evidências empíricas que demonstram sua forte associação à conduta delituosa e à reincidência violenta. Apesar de serem estáticos, considera-se que podem ser focalizados em intervenções visando o significado que tem na vida do indivíduo, de modo que a ressignificação dos eventos ou das experiências conduza a uma diminuição e até a uma anulação de seus efeitos negativos, no presente. Em relação aos fatores históricos, três subcategorias foram identificadas: *experiências estressoras*, *histórico de problemas de comportamento* e *fracasso em intervenções anteriores*.

No conjunto de *experiências estressoras*, destaca-se o fator **exposição à violência enquanto testemunha ou enquanto vítima**. Estudos indicam que crescer em um bairro com altas taxas de criminalidade aumenta a probabilidade de se envolver com o crime (Patchin, Huebner, McCluskey, Varano & Bynum, 2006; Salzinger, Ng-Mak, Feldman, Kam & Rosario, 2006). Outros estudos, entretanto, mostram que a maioria das crianças que crescem em bairros criminalizados não apresentam engajamento infracional (Chen, Voisin & Jacobson, 2013). A incompatibilidade entre esses dois dados deve-se, aparentemente, aos sentidos dados ao construto de “exposição à violência”. O fato de crescer em um bairro com altas taxas de crime, por si só, não implica qualquer relação de causalidade com o

engajamento infracional, por isso a maioria das crianças criadas nesses ambientes se desenvolvem normalmente. Contudo, em um bairro com altas taxas de criminalidade, para determinados subgrupos, pode significar oportunidades aumentadas de se associar a pares desviantes e de testemunhar atos violentos ou de ser vítima deles. Assim, a exposição à violência também produz um efeito estressor que pode impactar negativamente o desenvolvimento psicológico, aumentando as chances de transtornos mentais, para determinados indivíduos, o que contribui para o seu desajuste frente às demandas sociais (Braga, Gonçalves, Basto-Pereira & Maia, 2017; Hong, Huang, Golden, Patton & Washington, 2014). A Tabela 2.1 mostra as características dos 11 estudos revisados que estudaram a exposição ao risco e a Figura 2.1 indica uma chance de 2,4 vezes maior de um indivíduo exposto à violência apresentar comportamento violento em período subsequente, comparado a indivíduos não expostos.

Tabela 2.1
Características dos estudos sobre exposição à violência

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Espelage et al. 2018	EUA	10-1 e 12-16 anos	1655	Vitimização por pares (Illinois Victimization Scale; Espelage & Holt, 2001)	Agressão Relacional (Relational Aggression Scale; Crick, 1996)
Niño et al. 2017	Add Health study (EUA)	12-13 e 17-18 anos	10665	Vitimização (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
McCuddy & Esbensen, 2017	Gang Resistance Education and Training (USA)	12-15 anos	3271	Vítima de cyberbullying (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
McCuddy & Esbensen, 2017	Gang Resistance Education and Training (USA)	12-15 anos	3271	Vítima de bullying tradicional (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Gehring & Vaske, 2017	Add Health study (EUA)	11-19 anos até 12-20 anos	9602	Violência em relacionamento heterossexual	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Gehring & Vaske, 2017	Add Health study (EUA)	11-19 anos até 12-20 anos	9602	Violência em relacionamento homossexual	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Leach et al., 2016	Queensland Longitudinal Data (Austrália)	n/a	1882	Abuso físico (autoinforme por questionário)	Delito sexual (Australian Bureau of Statistics, 2011)

Leach et al., 2016	Queensland Longitudinal Data (Austrália)	n/a	1882	Abuso emocional (autoinforme por questionário)	Delito sexual (Australian Bureau of Statistics, 2011)
Leach et al., 2016	Queensland Longitudinal Data (Austrália)	n/a	1882	Abuso sexual (autoinforme por questionário)	Delito sexual (Australian Bureau of Statistics, 2011)
Farrell & Zimmerman, 2018	Add Health study (EUA)	18-30 anos	7706	Exposição a violência (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Farrell & Zimmerman, 2017	Add Health study (EUA)	12-18 anos	12603	Exposição a violência (geral; autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)

VI = Variável independente; VD = variável dependente

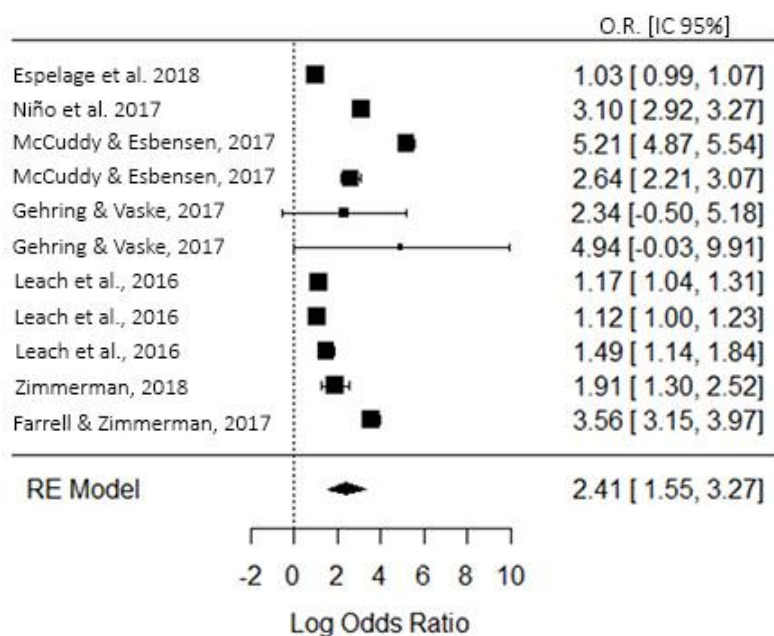


Figura 2.1. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado à exposição à violência. $Q = 1250$; $df = 11$ ($p < 0,001$); $I^2 = 99,5$; $Z = 5,5$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor)

Um segundo aspecto da exposição à violência identificado nos estudos revisados foi o efeito cumulativo da exposição. A exposição crônica à violência pode superativar sistemas hormonais e neuroquímicos relacionados ao estresse, podendo resultar em desajustes fisiológicos e em danos físicos e mentais (Olofsson, Lindqvist, Shaw, & Danielsson, 2012). A Tabela 2.2 apresenta as características dos seis estudos que avaliaram o efeito cumulativo da exposição à violência, e a Figura 2.2 mostra que a exposição a mais de um tipo de violência ou a exposição por um período prolongado de violência aumentam as chances de comportamento violento em período subsequente, a depender do tipo de exposição (VI).

Tabela 2.2

Características dos estudos sobre o efeito cumulativo de experiências adversas

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Fagan & Novak, 2018	LONGSCAN Study (EUA)	4-16 anos	184	Total de experiências adversas na infância	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Fagan & Novak, 2018	LONGSCAN Study (EUA)	4-16 anos	320	Total de experiências adversas na infância	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Farrell & Zimmerman, 2017	Add Health study (EUA)	12-18 anos	1260	Dois ou mais incidentes de um só tipo	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Farrell & Zimmerman, 2017	Add Health study (EUA)	12-18 anos	1260	Dois ou mais incidentes de dois ou mais tipos (Polivitimização)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Leach et al., 2016	Queensland Longitudinal Data (Austrália)	n/a	1882	Vitimização por mais de 12 anos (autoinforme por questionário)	Delito sexual (Australian Bureau of Statistics, 2011)
Leach et al., 2016	Queensland Longitudinal Data (Austrália)	n/a	1882	Polivitimização	Delito sexual (Australian Bureau of Statistics, 2011)

VI = variável independente; VD = variável dependente

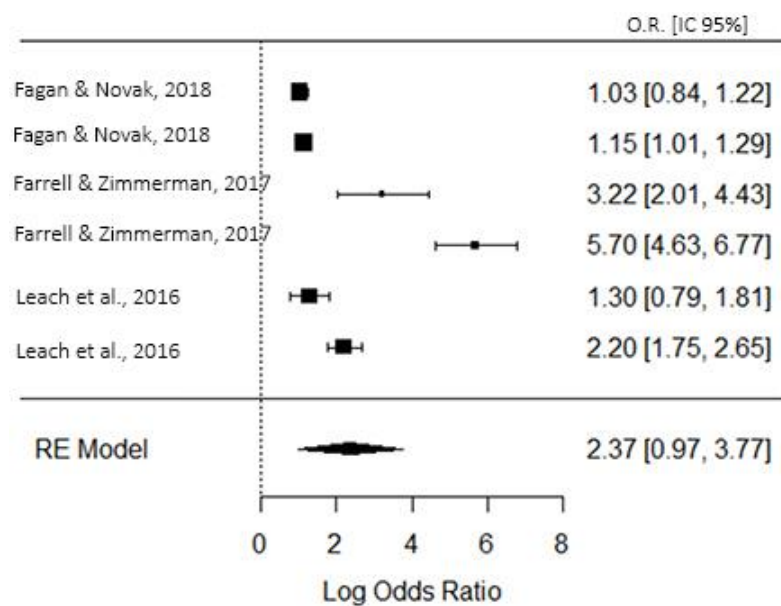


Figura 2.2. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado à exposição cumulativa à violência. $Q = 99,8$; $df = 6$ ($p < 0,001$); $I^2 = 99,0$; $Z = 3,31$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

A segunda subcategoria remete ao *histórico de problemas de comportamentos*. A Tabela 2.3 mostra que os problemas de comportamento identificados variam entre **expulsão e**

evasão escolar, comportamentos antissociais, delitos de forma geral ou os sexuais em particular, anteriores. Outros estudos, anteriores ao período abarcado pela presente revisão, estipulam que **histórico de condutas violentas** é o melhor preditor da conduta violenta futura, especialmente nos casos em que ocorrem de forma precoce ou com elevada frequência (Borum, Bartel & Forth, 2006; White, Moffitt, Earls, Robins & Silva, 1990). Para fins de avaliação, os protocolos de risco consideram que os atos violentos devem ser suficientemente graves para que tenham motivado ou que possam motivar a abertura de um processo judicial, de modo que se excluam desses atos agressões menores que aparentemente não ofereçam grandes riscos à vítima (Andrés-Pueyo, Arbach-Lucioni & Redondo-Illescas, 2009; Borum, Bartel & Forth, 2006; Webster, Douglas, Eaves & Hart, 1997). Esses estudos indicam que o efeito dessas variáveis na composição do risco de violência é maior no período proximal ao episódio de violência e vai diminuindo com o passar do tempo (Borum, Bartel & Forth, 2006). Por esse motivo, pode-se conjecturar que o efeito identificado pela presente análise e apresentado na Figura 2.3 seja maior, uma vez que a maioria dos estudos analisados incluem comportamentos antissociais em geral, o que pode diluir o efeito que seria obtido apenas se fossem considerados os delitos violentos.

Tabela 2.3

Características dos estudos sobre histórico de problemas de comportamento

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Sampson & Winter, 2018	Project on Human Development in Chicago (EUA)	n/a	212	Comportamento antissocial (coletado entre 16 e 18 anos; Child Behavior Checklist; CBCL)	Delinquência violenta (registros oficiais)
Stander et al., 2018	The Survey of Recruits' Behaviors (EUA)	18-20 anos	547	Assédio Sexual (Sexual Experiences Questionnaire (SEQ)– DoD version (Fitzgerald, Magley, Drasgow, & Waldo, 1999)	Agressão Sexual (The Sexual Experiences Survey (SES; Koss & Gidycz, 1985; Koss & Oros, 1982)
Stander et al., 2018	The Survey of Recruits' Behaviors (EUA)	18-20 anos	552	Assédio Sexual Coercitivo (Sexual Experiences Questionnaire; Fitzgerald et al., 1999)	Estupro (The Sexual Experiences Survey (SES; Koss & Gidycz, 1985; Koss & Oros, 1982)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (CDP)	6-23 anos	466	Comportamento antissocial (Youth Self-Report Form; Achenbach, 1991)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Goodnight	Child Development	12-23	466	Comportamento antissocial	Agressão ao parceiro

et al., 2017	Project (CDP)	anos	(Youth Self-Report Form; Achenbach, 1991)	íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Longmore et al., 2016	The Toledo Adolescent Relationships Study (EUA)	12-23 anos	294	Número de parceiros sexuais fixos durante a adolescência (autoinforme por questionário)
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (Reino Unido)	8-32 anos	152	Suspensão escolar (autoinforme por questionário)
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (Reino Unido)	8-32 anos	152	Evasão escolar (autoinforme por questionário)
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (Reino Unido)	8-32 anos	152	Delito oficial (autoinforme por questionário)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

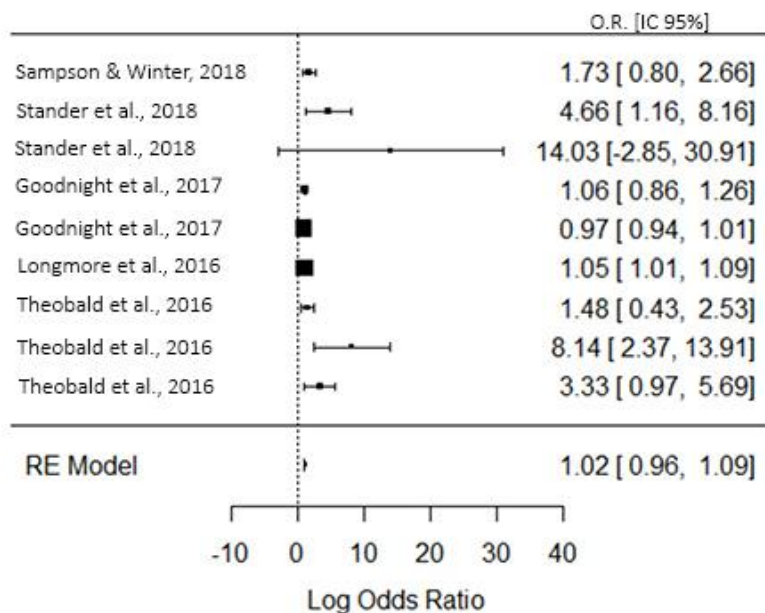


Figura 2.3. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado o histórico de problemas de comportamentos. $Q = 27,6$; $df = 9$ ($p = 0,001$); $I^2 = 46,7$; $Z = 29,8$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

A última subcategoria de fatores históricos refere-se ao *fracasso em cumprir satisfatoriamente programas de tratamentos anteriores, no contexto dos serviços de justiça juvenil ou de saúde mental* (Andrés-Pueyo, Arbach-Lucioni & Redondo-Illescas, 2009; Borum, Bartel & Forth, 2006). Alguns exemplos de fatores nesse domínio seriam **abandono ou a resistência em seguir um tratamento** – faltar muitas vezes, chegar atrasado, não cumprir o combinado ou não colaborar com as atividades. Essa variável não foi identificada no levantamento por ser verificável em amostras clínicas que, por razão de controle, foram excluídas dos critérios de inclusão. Todavia, esse fator está presente na maioria dos protocolos de ARV devido à evidência empírica de que a falha em seguir com tratamentos indicados aumenta o risco de violência; por isso sua menção no presente tópico (Sartin, Hansen & Huss, 2006; Swartz, Bhattacharya, Robertson & Swanson, 2016).

Passando para a categoria de *Fatores Pessoais*, cinco variáveis relativas a características de funcionamento psicológico foram identificadas: baixo autocontrole, emotividade negativa, traços de psicopatia e transtornos de saúde mental.

O *autocontrole* consiste em um dos núcleos básicos das funções executivas e envolve a capacidade de exercer controle sobre as próprias emoções e condutas, resistindo a vontades ou a prazeres imediatos em função de metas de longo prazo, mais significativas, e/ou em função da previsão de consequências negativas dos comportamentos (Delise, 2014; Diamond, 2013; Komatsu, Costa & Bazon, 2018). A relação entre autocontrole e engajamento infracional possui tantas evidências empíricas que o conceito de autocontrole ocupa um papel de destaque em muitas das teorias criminológicas (Gottfredson & Hirschi, 1990; Le Blanc, 2009; Moffitt, 1993; Wikström, 2005). Na vida cotidiana, há muitas situações capazes de alterar o estado emocional das pessoas e incitar condutas violentas que só podem ser inibidas com o uso adequado de habilidades de autorregulação comportamental. Indivíduos com dificuldades de exercer o autocontrole tendem a agir de forma impulsiva mais frequentemente, utilizando-se dos mais variados recursos para atenderem suas vontades ou necessidades, de forma mais imediata, entre eles o uso da violência (Gottfredson, 2018). A Figura 2.4 mostra que os estudos levantados abordaram os três domínios do autocontrole descrito por Gottfredson e Hirschi (1990): temperamento, busca por risco e impulsividade. Os resultados mostram que a exposição aos indicadores de baixo autocontrole aumenta significativamente as chances de envolvimento em atos violentos.

Tabela 2.4
 Características dos estudos sobre autocontrole

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Espelage et al., 2018	EUA	10-16 anos	1655	Impulsividade (Teen Conflict Survey, Bosworth et al. 1999)	Agressão Relacional (tentativa de causar dano a reputação da outra criança/jovem (Relational Aggression Scale; Crick, 1996)
Vogel & Van Ham, 2018	Add Health study (EUA)	12-18 anos	12935	Impulsividade (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Vogel & Van Ham, 2018	Add Health study (EUA)	12-18 anos	12935	Impulsividade (em vizinhanças desfavorecidas; (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Vogel & Van Ham, 2018	Add Health study (EUA)	12-18 anos	12936	Impulsividade (em vizinhanças não desfavorecidas; (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (CDP)	5-23 anos	466	Resistência para autocontrole (Retrospective Infant Characteristics Questionnaire; Bates et al., 1998)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (CDP)	11-23 anos	466	Resistência para autocontrole (Retrospective Infant Characteristics Questionnaire; Bates et al., 1998)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Cho et al., 2017	Korean Youth Panel Study (South Korea)	11-15 anos	2844	Baixo autocontrole (autoinforme por questionário)	Bullying (autoinforme por questionário)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study	10-19 anos	503	Hiperatividade alta (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (CSDD; Reino Unido)	8-32 anos	152	Risk taking (autoinforme por questionário)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (CSDD; Reino Unido)	8-32 anos	152	Dificuldade de atenção (autoinforme por questionário)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

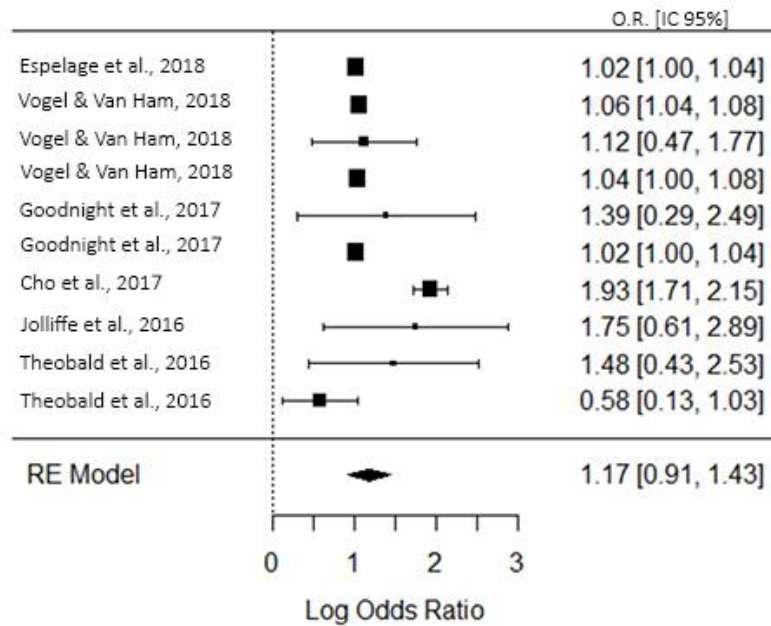


Figura 2.4. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado o baixo autocontrole. $Q = 84,0$; $df = 10$ ($p < 0,001$); $I^2 = 99,7$; $Z = 8,82$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

A emotividade negativa remete à tendência em sentir emoções negativas como ansiedade, insegurança, inferioridade, medo ou um mal-estar emocional geral frente a situações corriqueiras, normais. O conceito remete ao conteúdo típico ao traço de personalidade neuroticismo (Eysenck, 1967). Indivíduos com alta emotividade negativa costumam apresentar baixa tolerância à raiva, ao tédio e à frustração, o que os leva a comportarem-se de forma mais reativa e os torna mais vulneráveis aos estímulos externos (Lahey & Waldman, 2005; Larsen & Buss, 2014). Os estudos mostram que esses indivíduos podem passar à conduta agressiva sem necessariamente possuírem atitudes antissociais, isso porque as emoções negativas exerceriam a função de provocar o comportamento agressivo (de Barlett & Anderson, 2012; Dam, Hjordt, Da Cunha-Bang, Sestoft, Knudsen & Stenbæk, 2018). Nesse sentido, o sentimento de culpa após o ato violento seria uma consequência nesses indivíduos, alimentando um círculo vicioso, ao incrementar a tendência a experimentar emoções negativas. Como apresentado na Tabela 2.5, os estudos identificados no presente levantamento trabalharam com as emoções de raiva, ciúme e medo do abandono, e a Figura 2.5 indica que indivíduos que comumente experimentam esses sentimentos estão sob maior risco. Destaca-se, também, que nesse caso a conduta violenta direciona-se preferencialmente a pessoas conhecidas, como parceiro íntimo.

Tabela 2.5.
Características dos estudos sobre emotividade negativa

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Espelage et al., 2018	EUA	10-16 anos	1655	Raiva (Modified Aggression Scale, Bosworth et al. 1999)	Agressão Relacional (tentativa de causar dano a reputação da outra criança/jovem (Relational Aggression Scale; Crick, 1996)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (EUA)	8-23 anos	466	Ciúme (Interpersonal Jealousy Scale; Mathes & Severa, 1981) e medo do abandono (Holtzworth-Munroe et al., 2000)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Goodnight et al (2017)	Child Development Project (EUA)	14-23 anos	466	Ciúme (Interpersonal Jealousy Scale; Mathes & Severa, 1981) e medo do abandono (Holtzworth-Munroe et al., 2000)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

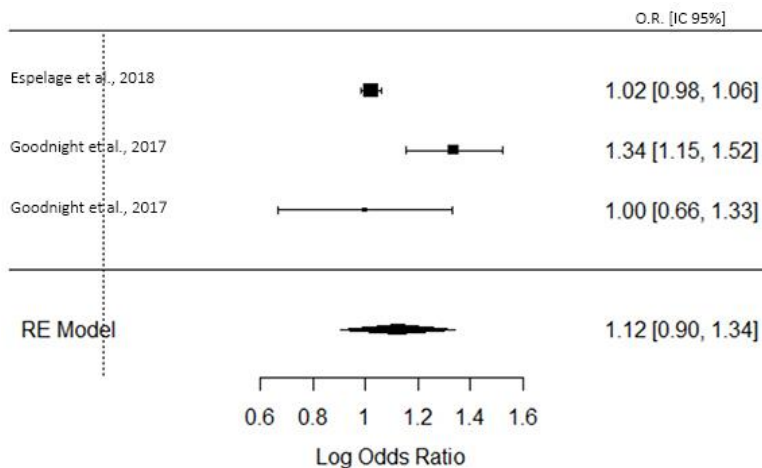


Figura 2.5. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dada a emotividade negativa. $Q = 10,9$; $df = 3$ ($p = 0,004$); $I^2 = 80,0$; $Z = 9,98$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

Outro fator pessoal que se destaca nas pesquisas são os traços de psicopatia, que incluem componentes que se manifestam nas interações interpessoais (ex: charme superficial), na conduta (ex: atos antissociais frequentes/graves) e no plano das emoções (ex: baixa empatia, frieza/insensibilidade) que têm sido identificados por diferentes estudos como importantes preditores de conduta violenta (Goodnight et al., 2017; Jolliffe, Farrington, Loeber & Pardini, 2016). Diferentemente da negatividade emocional, cuja motivação

subjacente é, predominantemente, a hostilidade (frustração ou raiva), os traços de psicopatia consistem em um risco especial para a violência utilitária, na qual as características pessoais – especialmente a baixa empatia e a insensibilidade – diminuem ou anulam os efeitos protetores do autoconstrangimento que poderiam inibir a conduta violenta. A Tabela 2.6 descreve os estudos levantados que investigaram traços de psicopatia, e a Figura 2.6 mostra que indivíduos com pontuações de risco nas escalas de traços de psicopatia possuem uma chance de envolvimento em condutas violentas três vezes maior que indivíduos cuja pontuação não está na faixa de risco.

Tabela 2.6

Características dos estudos sobre os traços de psicopatia

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.	
Espelage et al., 2018	EUA	10-16	anos	1655	Preocupação Empática (Teen Conflict Scale; Bosworth et al. 1999)	Agressão Relacional (tentativa de causar dano a reputação da outra criança/jovem (Relational Aggression Scale (Crick, 1996)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (EUA)	7-23	anos	466	Traços Psicopáticos (Antisocial Process Screening Device; Frick & Hare, 2001)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (EUA)	13-23	anos	466	Traços Psicopáticos (Antisocial Process Screening Device; Frick & Hare, 2001)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19	anos	503	Traços psicopáticos (Recent Mood and Feelings Questionnaire; Costello & Angold, 1988)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

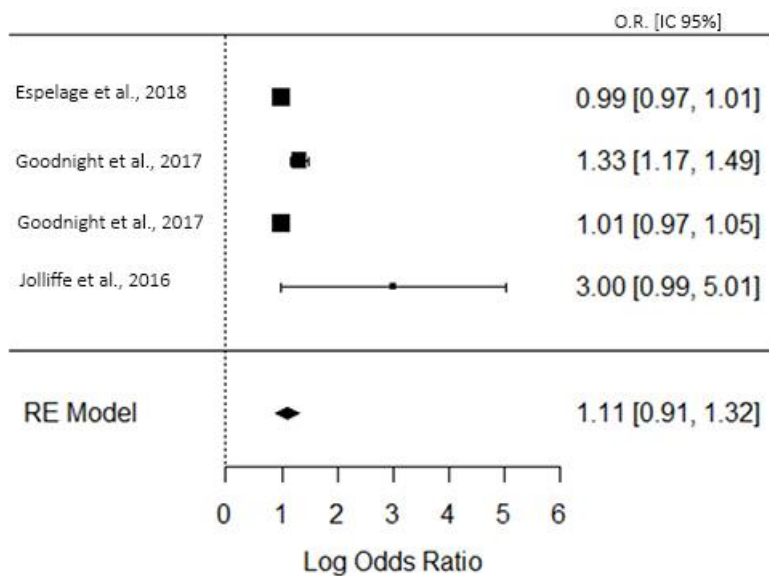


Figura 2.6. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado os traços de psicopatia. $Q = 20,6$; $df = 4$ ($p < 0,001$); $I^2 = 97,8$; $Z = 10,5$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

Por fim, os transtornos de saúde mental também se destacam por sua relação com condutas violentas. A revisão de Rueve e Welton (2008) mostra que a taxa de crimes violentos cometidos por amostras da população psiquiátrica equivale virtualmente a de crimes cometidos pela população geral. No entanto, alguns protocolos de ARV destacam diagnósticos de transtornos mentais severos, psicóticos e bipolares, como importante preditores do comportamento violento (Andrés-Pueyo, Arbach-Lucion & Redondo-Illescas, 2009; Séguin, Booij & Lilienfeld, 2018; Webster, Douglas, Eaves & Hart, 1997). De fato, a Tabela 2.7 e a Figura 2.7 mostram que transtornos orgânicos, neuróticos, psicóticos, de abuso de substâncias e de personalidade apresentam razões superiores a de transtornos de ansiedade e de depressão. Andrés-Pueyo, Arbach-Lucion e Redondo-Illescas (2009) apontam que podem ser indicadores de transtorno mental grave a incapacidade em discernir a realidade, delírios e alucinações, pensamento racional deteriorado, isolamento severo, mania, afeto inapropriado e outros sintomas que invalidem a capacidade de autocontrole ou que produzam ideias suicida ou homicida. Nesse domínio se destacam os problemas de abuso de substâncias por serem capazes de produzir os referidos sintomas (Caton, Samet & Hasin, 2000). Ademais, são condições que retroalimentam as dificuldades psicossociais e geram o desafio de sustentar o vício, aspectos que também concorrem para aumentar o risco de desenvolvimento ou de manutenção de padrões de comportamento infracional (Bono, Komatsu & Bazon, 2019; Hawkins, Jenson, Catalano & Lishner, 1988).

Tabela 2.7

Características dos estudos sobre condições de saúde mental

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Espelage et al., 2018	EUA	10-16 anos	1655	Sintomas Depressivos (Orpinas Modified Depression Scale; Orpinas, 1993)	Agressão Relacional (tentativa de causar dano a reputação da outra criança/jovem (Relational Aggression Scale (Crick 1996))
Dean et al., 2018	Dinamarca	Coorte de 1965 a 1998 acompanhada de 2001 a 2013	1002276	Transtornos orgânicos (Psychiatric Central Research Register)	Delinquência violenta (registros oficiais)
Dean et al., 2018	Dinamarca	Coorte de 1965 a 1998 acompanhada de 2001 a 2014	1002276	Transtornos de uso de substâncias (Psychiatric Central Research Register)	Delinquência violenta (registros oficiais)
Dean et al., 2018	Dinamarca	Coorte de 1965 a 1998 acompanhada de 2001 a 2015	1002276	Transtornos do espectro da esquizofrenia (Psychiatric Central Research Register)	Delinquência violenta (registros oficiais)
Dean et al., 2018	Dinamarca	Coorte de 1965 a 1998 acompanhada de 2001 a 2016	1002276	Transtornos Neuroticos (Psychiatric Central Research Register)	Delinquência violenta (registros oficiais)
Dean et al., 2018	Dinamarca	Coorte de 1965 a 1998 acompanhada de 2001 a 2017	1002276	Transtornos de Personalidade (Psychiatric Central Research Register)	Delinquência violenta (registros oficiais)
Dean et al., 2018	Dinamarca	Coorte de 1965 a 1998 acompanhada de 2001 a 2019	1002276	Transtornos do desenvolvimento (Psychiatric Central Research Register)	Delinquência violenta (registros oficiais)
Yu et al., 2018	RADAR	13 até os 18 anos	682	Sintomas Depressivos (RADS-2; Reynolds 2002)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Yu et al., 2018	RADAR	14 e 18 anos	682	Sintomas Depressivos (RADS-2; Reynolds 2002)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Niño et al., 2017	Add Health study (EUA)	12-17 anos até 13 e 18 anos	10665	Sintomas depressivos (Center for Epidemiologic Studies Depression Scale; CES-D)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Sahlin et al (2017)	Suécia	Indivíduos nascidos entre 1982 e 1988, acompanhados a partir dos seus 15 anos de idade	917388	Histórico de autolesão	Delinquência violenta (registros oficiais)
Hemminki	Finlândia	15-21 anos	30225	Uso de	Delinquência violenta

et al (2016)				antidepressivos prévio	(registros oficiais)
Hemminki et al (2016)	Finlândia	15-21 anos	30225	Uso de antidepressivos prévio	Delinquência violenta reincidente (registro oficial)
Hemminki et al (2016)	Finlândia	15-21 anos	30225	Uso de antidepressivos 6 meses antes da apreensão	Delinquência violenta (registros oficiais)
Hemminki et al (2016)	Finlândia	15-21 anos	30225	Uso de antidepressivos 6 meses antes da apreensão	Delinquência violenta reincidente (registro oficial)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-12 até 13-19 anos	503	Humor depressivo (Recent Mood and Feelings Questionnaire; Costello & Angold, 1988)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-12 até 13-19 anos	503	Ansiedade (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

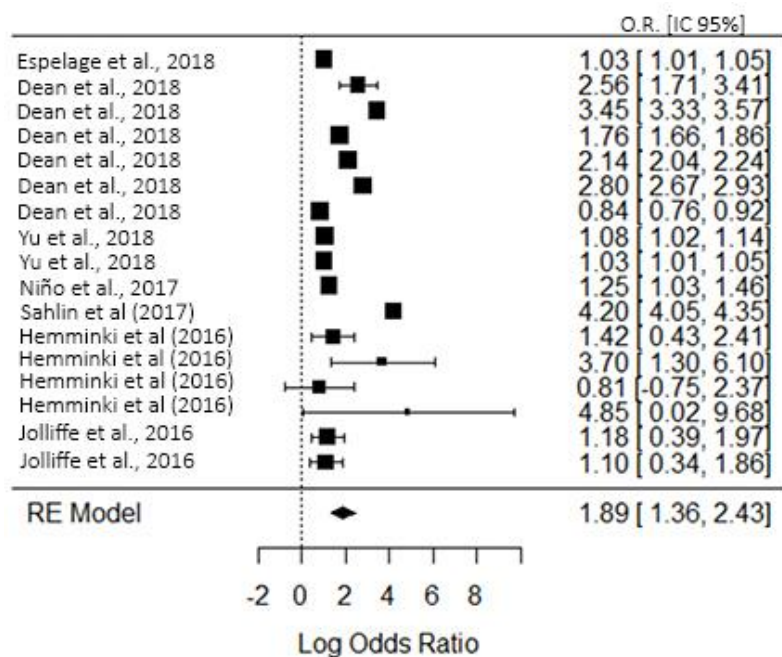


Figura 2.7. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado os transtornos mentais. $Q = 4343$; $df = 17$ ($p < 0,001$); $I^2 = 99,8$; $Z = 6,94$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

Passando para os *Fatores Contextuais*, que indicam o modo como o indivíduo se relaciona com outras pessoas e se situa em seu entorno social, esses fatores são de natureza

dinâmica, pois podem variar ao longo do tempo, incluso em curto espaço de tempo. Nesse domínio, três subcategorias se destacam: *associação a pares infratores e envolvimento com gangues; isolamento social; inabilidade parental*.

A associação a *Pares Infratores* – que compreende **extensão da rede social e tempo despendido em atividades desestruturadas** – compõe um dos principais fatores de risco para o comportamento infracional e também para a violência, como mostra a análise da Figura 2.8. A aprendizagem de comportamentos antissociais por meio da observação/imitação, do reforçamento diferencial e da pressão dos pares tem sido utilizado por muitas teorias para explicar o desenvolvimento da conduta infracional violenta e não violenta (Akers, Krohn, Lanza-Kaduce & Radosevich, 1979; Bandura, 1977; Le Blanc, 1997; Sutherland, 1947). Um segundo fator no plano da associação a pares infratores, considerado mais significativo em termos do risco para a violência, é a afiliação na forma de pertencimento a gangues criminalizadas ou outras organizações com orientação explicitamente antissocial. O envolvimento com esse tipo de grupo organizado está intimamente ligado à prática de violências. O *National Gang Intelligence Center* (NGIC; 2016) define gangue como um empreendimento criminal com uma estrutura organizacional que atua continuamente em práticas criminosas, fazendo-se uso da violência para sustentar o empreendimento. Na perspectiva do NGIC, uma gangue consiste em um grupo de indivíduos que se organizam para atuarem continuamente em atividades criminosas, sem necessariamente possuírem uniforme, símbolo, tatuagens, ritual de iniciação ou nome. Outras definições envolvendo o conceito de gangue focam no ato criminoso, no qual um ato pode ser atribuído a uma gangue caso haja a participação de um membro da gangue e se a motivação do ato remete aos interesses da gangue (Mora & Decker, 2018). O envolvimento em gangues caracteriza-se como um importante fator de risco por somar à associação a pares infratores o componente do compromisso com os valores da organização criminosa, na qual a aceitação e o uso da violência são intrínsecos à sobrevivência da gangue (Vigil et al., 2004). Adicionalmente, há o aspecto de vulnerabilidade dos indivíduos que em geral se afiliam a gangues, que remete a um contexto de origem caracterizado pela desorganização social e instabilidade econômica que permite que essas organizações nasçam e se estabeleçam (Curry & Spengel, 1988; Pizzaro & McGloin, 2004). Como mostra a Tabela 2.8, as modalidades da conduta violenta associada a frequência de pares infratores são bastante variadas, podendo dirigir-se a outros pares, como em situação de bullying, ao parceiro íntimo ou a condutas violentas gerais.

Tabela 2.8
Características dos estudos sobre pares infratores

Autores	Estudo (País)	Idade	N	V.I.	V.D.
Espelage et al., 2018	EUA	10-16 anos	165 5	Comportamento delinquentes de pares (Peer Delinquent Behavior Scale; Elliott, 1990)	Agressão Relacional (tentativa de causar dano a reputação da outra criança/jovem (Relational Aggression Scale; Crick, 1996)
Jung et al., 2018	Alemanha	10-19 anos	110 7	Aceitação da agressividade dos pares (Moller and Krahe, 2009).	Comportamento agressivo (Krahe & Moller, 2010)
Cho, 2018	Korean Youth Panel Study (KYPS)	10-11 anos	284 4	Afiliação a pares antissociais (autoinforme por questionário)	Bullying (autoinforme por questionário)
Cho, 2018	Korean Youth Panel Study (KYPS)	11-12 anos	284 4	Afiliação a pares antissociais (autoinforme por questionário)	Bullying (autoinforme por questionário)
Cho, 2018	Korean Youth Panel Study (KYPS)	12-13 anos	284 4	Afiliação a pares antissociais (autoinforme por questionário)	Bullying (autoinforme por questionário)
Cho, 2018	Korean Youth Panel Study (KYPS)	13-14 anos	284 4	Afiliação a pares antissociais (autoinforme por questionário)	Bullying (autoinforme por questionário)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (CDP)	9-23 anos	466	Pares antissociais (autoinforme por questionário)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Goodnight et al., 2017	Child Development Project (CDP)	15-23 anos	466	Pares antissociais (autoinforme por questionário)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
McNeeley & Hoeben, 2016	Study of Peers, Activities and Neighborhoods (SPAN; Holanda)	12-18 anos	610	Convivência social/pública não estruturada	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Longmore et al., 2016	The Toledo Adolescent Relationships Study (TARS; EUA)	12-23 anos	294	Convivência social/pública não estruturada	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale; Straus et al., 1996)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study	10-19 anos	503	Pares antissociais (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

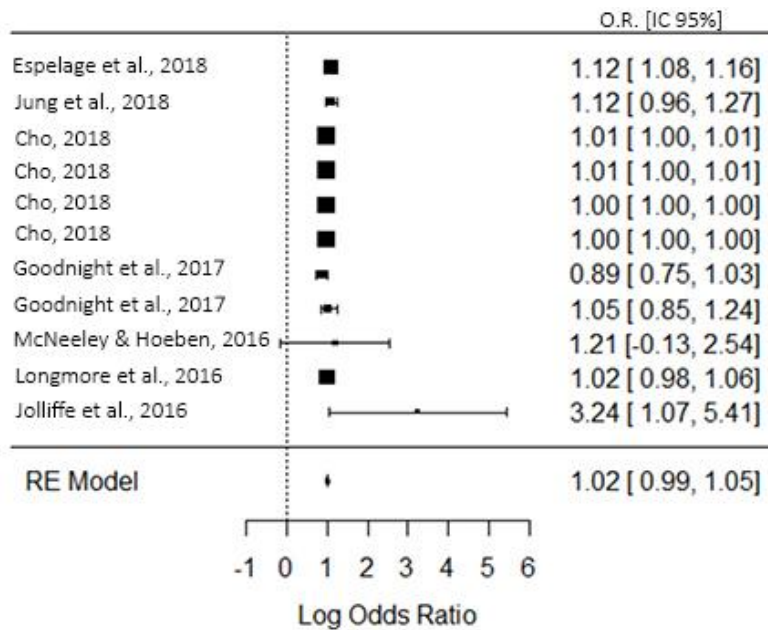


Figura 2.8. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dada a associação a pares infratores. $Q = 4343$; $df = 17$ ($p < 0,001$); $I^2 = 99,8$; $Z = 6,94$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

A segunda subcategoria contextual refere-se ao *Isolamento Social*, que pode ser resultado da rejeição pelos pares ou de traços de introversão acentuados que provocam uma postura ativa para evitar situações sociais. Na contramão de muitas teorias que estabelecem que o comportamento violento se desenvolve por meio de um processo de aprendizagem junto a uma rede social de modelos desviantes, o conceito de isolamento social é um aspecto incorporado especificamente na teoria da Tensão (Agnew, 1992), a qual considerou a evidência empírica de que muitos indivíduos que se implicam em delitos violentos apresentam altas pontuações em escalas que mensuram o isolamento social. Segundo a teoria, o isolamento social produz efeitos negativos, como frustração e raiva, que necessitam ser “aliviados” e o ato violento seria uma forma de fazê-lo. Nesse sentido, o efeito do isolamento social seria semelhante ao da emotividade negativa, na qual os indivíduos seriam “invadidos” por emoções negativas e necessitariam “descarregá-las”. A principal diferença entre os dois construtos seria a origem das emoções negativas; a emotividade negativa teria raízes em traços de personalidade, características predominantemente internas – relacionadas ao temperamento – enquanto o isolamento seria uma condição social-relacional. Agnew (2001) ainda estipula que a manifestação de atos antissociais como forma de descarregar a tensão é menos provável para um indivíduo se estiverem presentes, para ele, fatores protetores como sentimento de auto eficácia e valores positivos, assim como apoio social. A Tabela 2.9 e a Figura 2.9 mostram que diferentes dimensões do isolamento social estão relacionadas ao

comportamento violento futuro, cerca de 3,7 vezes maior do que em indivíduos não expostos a esse fator.

Tabela 2.9
Características dos estudos sobre isolamento social

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Niño et al., 2017	Add Health study (EUA)	12-18 anos	10665	Socialmente Evitativo (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Niño et al., 2017	Add Health study (EUA)	12-18 anos	10665	Ativamente Isolado (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Niño et al., 2017	Add Health study (EUA)	12-18 anos	10665	Socialmente Desinteressado (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Niño et al., 2017	Add Health study (EUA)	12-18 anos	10665	Problemas com pares (autoinforme por questionário)	Delinquência violenta (autoinforme por questionário)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19 anos	503	Relação ruim com pares (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19 anos	503	Shyness/withdrawal (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

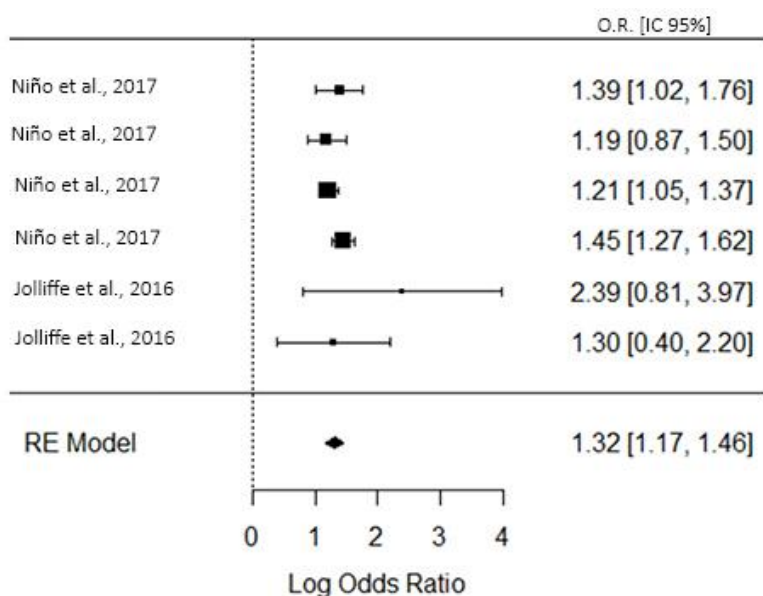


Figura 2.9. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado o isolamento social. $Q = 0,88$; $df = 4$ ($p = 0,828$); $I^2 = 0$; $Z = 18,5$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

Por último, a *inabilidade parental* consiste em um conjunto de práticas parentais negativas como a **disciplina relaxada, severa ou inconsistente**, e o **monitoramento/supervisão ineficaz**, que podem produzir os seguintes efeitos na criança ou no adolescente: enfraquecimento do vínculo com os pais e/ou outras figuras de autoridade, associação a modelos desviantes (quando o monitoramento é ineficaz), baixa tolerância à frustração ou o tédio (quando os adultos permitem que a criança faça de tudo e a qualquer hora) ou trauma (quando a disciplina é severa) (Davies & Davidson, 2001; Hoeve, Dublas, Eichelsheim, Van der Laan, Smeenk & Gerris, 2009). A Tabela 2.10 e a Figura 2.10 mostram a associação de diferentes práticas parentais negativas e o subsequente e significativo envolvimento em comportamentos violentos, três vezes maior em indivíduos sob práticas parentais inábeis.

Tabela 2.10

Características dos estudos sobre inabilidade parental

Autores	Estudo (País)	Idade	n	V.I.	V.D.
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (Reino Unido)	8-32 anos	152	Sofrer punição física (autoinforme por questionário)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996)
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (Reino Unido)	8-32 anos	152	Baixa supervisão parental (autoinforme por questionário)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996)
Theobald et al., 2016	Cambridge Study in Delinquent Development (Reino Unido)	8-32 anos	152	Conflitos dos pais (autoinforme por questionário)	Agressão ao parceiro íntimo (Revised Conflict Tactics Scale (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996)
Henneberger et al., 2016	Multisite Violence Prevention Project (EUA)		1232	Supervisão parental (Pittsburgh Youth Survey (PYS; Thornberry, Huizinga, & Loeber, 1995)	Comportamento agressivo (Problem Behavior Frequency Scale (PBFS; Farrell, Kung, White, & Valois, 2000)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19 anos	503	Disciplina inconsistente (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19 anos	503	Disciplina não reforçadora (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19 anos	503	Não envolvimento com atividades da família (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)

				por questionário)	
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19 anos	503	Punição física (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)
Jolliffe et al., 2016	Pittsburgh Youth Study (EUA)	10-19 anos	503	Supervisão parental ausente (autoinforme por questionário)	Delinquência Violenta (registro oficial e autoinforme por questionário)

VI = variável independente; VD = Variável dependente

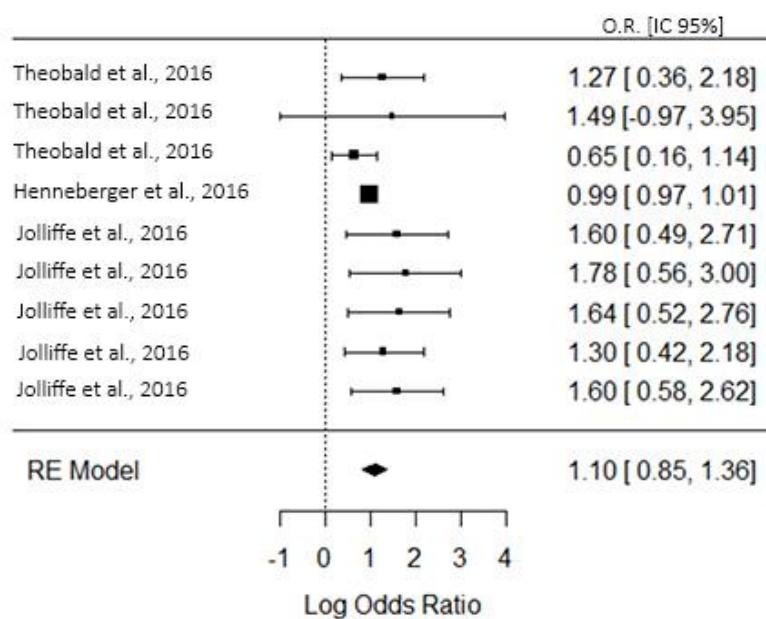


Figura 2.10. *Forest plot* da razão de chances de se envolver em comportamento violento dado a inabilidade parental. $Q = 8,24$; $df = 9$ ($p = 0,409$); $I^2 = 25,6$; $Z = 8,39$ ($p < 0,001$). (Fonte: autor).

Concluindo, a presente seção descreveu os principais fatores de risco (Tabela 2.11) para a conduta violenta e os analisou em termos quantitativos (combinação dos efeitos identificados pelos estudos revisados) e qualitativos (relação teórica com a conduta violenta). Há, certamente, indivíduos expostos a um ou mais desses fatores e que não desenvolvem um padrão de conduta violenta em razão do processo de resiliência fomentado por fatores protetores, tema do próximo tópico.

Tabela 2.11
Síntese dos fatores de risco mais relevantes para a conduta violenta

Fatores Históricos	Fatores Pessoais	Fatores Contextuais
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Eventos estressores <ul style="list-style-type: none"> - Exposição à violência - Acúmulo de eventos estressores 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Autocontrole (baixo) ✓ Traços de Psicopatia <ul style="list-style-type: none"> - Afeto superficial - Falta de empatia - Charme superficial ✓ Emotividade negativa (ou neuroticismo) ✓ Transtornos de saúde mental e problemas de abuso de substâncias <ul style="list-style-type: none"> - Incapacidade em discernir a realidade - Delírios e alucinações - Pensamento racional deteriorado - Isolamento severo - Mania - Afeto inapropriado 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pares infratores e envolvimento em gangues ✓ Isolamento social <ul style="list-style-type: none"> - Exclusão por pares - Dificuldade de se relacionar ✓ Inabilidade parental <ul style="list-style-type: none"> - Disciplina relaxada - Disciplina severa - Disciplina inconsistente

2.3.2. Os fatores de proteção para a conduta violenta

A maioria dos estudos e dos protocolos de ARV focalizam principalmente, quando não exclusivamente, os fatores de risco, e negligenciam os fatores protetores. Isso se deve, possivelmente, ao fato de os fatores de risco serem mais fáceis de se identificar, pois são numerosos – há uma grande quantidade de fatores que reconhecidamente promovem risco. Em contraste, identificar os fatores protetores relevantes representa uma tarefa mais desafiadora, pois significa identificar variáveis que hajam mediante os fatores de risco, efetivamente diminuindo / eliminando seus efeitos, com a ressalva de que, isoladamente, essas variáveis podem não ter significado. Apesar da reduzida literatura referente aos fatores de proteção para a violência, esses precisam ser levados em consideração para evitar que a ARV não seja desequilibrada, o que poderia gerar uma grande quantidade de falsos-positivos – casos em que indivíduos avaliados como de alto risco não reincidem (DeMatteo, Heilbrun & Marczyk, 2005; Komatsu, Wenger, Costa, Bazon & Andrés-Pueyo, 2019).

Seguindo o critério de agrupamento do *Structured Assessment of Protective Factors* (SAPROF; Vogel, de Vries Robbé, Ruiters & Bouman, 2011), os fatores de proteção apresentados nesta seção foram agrupados nas seguintes categorias: internos, motivacionais e

externos (conforme se lê na Tabela 2.12)⁷. Os fatores internos referem-se a características da pessoa como **autocontrole**, **empatia** e **inteligência**. Os motivacionais referem-se a indicadores que representam o interesse do indivíduo em participar da sociedade de forma positiva como **engajamento em atividades pró-sociais**, **metas de vida pró-social** e **atitudes positivas frente à autoridade**. Os fatores externos referem-se a variáveis – características ou situações – do entorno social ou relacionais como **apoio social** e **forte vínculo com instituições/adultos pró-sociais**.

Tabela 2.12

Síntese dos fatores de proteção mais relevantes para a conduta violenta

Fatores Internos	Fatores Motivacionais	Fatores Externos
✓ Autocontrole	✓ Atitudes positivas frente às autoridades ou às intervenções	✓ Apoio social
✓ Empatia		✓ Vínculo com instituições/adultos pró-sociais
✓ Inteligência	✓ Comprometimento com escola / trabalho	

O **autocontrole** é uma variável mista, isto é, pode atuar como risco ou como proteção para a conduta violenta. Como descrito anteriormente, problemas ou dificuldades em exercer o autocontrole é fator de risco para desenvolver padrões de comportamento violento. Na outra extremidade dessa medida encontra-se o exercício eficaz do autocontrole, caracterizando indivíduos capazes de estabelecer e seguir metas de médio e longo prazo, de postergar reforços imediatos para obter resultados mais significativos no futuro, de ponderar as consequências de suas ações e de regular impulsos e reações emotivas (de Vries Robbé, Mann, Maruna & Thornton, 2014; Diamond, 2013). O autocontrole é um dos fatores internos avaliados por instrumentos estruturados como *Structured Assessing of PROtective Factors* (SAPROF), único protocolo de ARV que foca exclusivamente em fatores protetores, devido ao acúmulo de evidências indicando sua função protetora. O estudo de Vassallo, Edwards e Forrest (2016), com mais de mil jovens adolescentes do *Australian Temperament Project*, identificou que altos escores em autocontrole em qualquer período da adolescência correspondem consistentemente a menores chances de se envolver em condutas violentas no início da vida adulta. Estudos em outros contextos corroboram esse resultado (Jolliffe,

⁷ Não foi possível realizar metanálise nessa parte porque o número de artigos levantados concernindo alguns construtos não foi suficiente e/ou os resultados da forma como foram apresentados eram incompatíveis, um em relação aos outros, de forma que não foi possível agrupá-los.

Farrington, Loeber & Pardini, 2016; Thompson & Swartout, 2018). Ademais, o autocontrole não só atua como fator protetivo contra o envolvimento com a delinquência e com a violência como também se associa a resultados positivos em várias esferas da vida (Moffitt et al., 2011). A capacidade de exercer autocontrole se desenvolve especialmente na infância e na adolescência por meio dos processos de socialização, mas também há evidências de que pode ser desenvolvida em outros períodos da vida por meio de treinamentos específicos (Komatsu, Costa & Bazon, 2018).

O segundo fator interno remete ao conceito de **empatia**, definido como a capacidade de perceber e de entender as emoções, sentimentos e percepções de outra pessoa, do ponto de vista dela (APA, 2015). A capacidade e o hábito de se pôr no lugar do outro permite a construção de relações mais positivas, de modo que atribuições de intenções hostis ou negativas aos outros ocorrem com menor frequência, diminuindo as oportunidades de se sentir com raiva ou frustrado (condições emocionais que, como se indicou, aumentam a probabilidade de conduta violento). A empatia também eleva o custo de condutas violentas, pois os mecanismos a ela inerentes (emocional e cognitivo) contribuem para aumentar o constrangimento interno, inibindo respostas violentas. Cabe mencionar que o desenvolvimento da empatia é favorecido por relações positivas com adultos e pelo sentimento de vinculação, especialmente na infância (de Vries Robbé, Geers, Stapel, Hilterman & Vogel, 2015), sendo desfavorecido por práticas de abuso e de maus-tratos (Miller & Eisenberg, 1988).

O terceiro fator interno destacado é a **inteligência**, definida como habilidade de derivar informação, de aprender com a experiência, de adaptar-se aos ambientes e de utilizar corretamente o pensamento e a razão (APA, 2015). Diferentes estudos têm identificado a inteligência como um aspecto pessoal protetor. No estudo de Andershed, Gibson e Andershed (2016), por exemplo, 519 indivíduos foram acompanhados dos 10 aos 47 anos, tendo-se constatado que indivíduos avaliados com inteligência alta durante a adolescência se envolveram menos em delitos violentos ao longo da vida. A inteligência se mostra bastante relacionada às funções executivas e, portanto, à capacidade de exercer apropriadamente o autocontrole (Arffa, 2007; Duggan & Garcia-Barrera, 2015). Boas capacidades cognitivas também favorecem o bom desempenho em atividades pró-sociais, afastando o adolescente de oportunidades antissociais (Le Blanc, 1997). Os estudos também mostram que crianças com boas capacidades de aprendizado e de solução de problemas são mais bem-sucedidas em se recuperar de adversidades crônicas na infância (Masten et al., 1990; Ttofi, Farrington, Piquero, Losel, DeLisi & Murray, 2016). Adicionalmente, quando os adultos percebem o

potencial cognitivo das crianças tendem a dar mais atenção a elas, aumentando sua estimulação, fortalecendo os vínculos e ampliando as oportunidades de lograrem pró-socialmente (Britto & Lomonaco, 1983).

Passando para os fatores motivacionais, o primeiro deles refere-se à **atitude positiva frente às regras e à autoridade**. Uma atitude positiva representaria um conjunto de valores internalizados pelo indivíduo atinentes à disposição a cumprir as regras e os acordos estabelecidos, a respeitar professores e outras figuras adultas (Andrews & Bonta, 2010; de Vries Robbé & Vogel, 2013). Em meio a adolescentes em conflito com a lei, a atitude positiva em relação às intervenções e às autoridades aponta para um bom prognóstico com relação à não reincidência, constituindo-se, portanto, um importante indicador para a ARV, sendo, por isso, considerado nas avaliações realizadas com os principais protocolos de ARV como o *Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (SAVRY; Borum, Bartel & Forth, 2006) e o SAPROF (de Vries Robbé, Geers, Stapel, Hilberman & de Vogel, 2015). O estudo de Komatsu e colegas (2019) junto a 858 adolescentes em conflito com a lei identificou que o efeito protetor de variáveis como atitude positiva à intervenção e motivação para a mudança equivale ao efeito protetor de variáveis sociais como apoio social, vínculo a instituições/adultos pró-sociais e engajamento em atividades pró-sociais.

O segundo fator protetor de natureza motivacional remete ao compromisso e ao **vínculo com a escola e/ou o trabalho**, mais do que apenas bons resultados escolares ou laborais (Borum, Bartel & Forth, 2006). Segundo os autores, para ser considerado fator de proteção esse engajamento escolar ou laboral deve estar em um nível acima da média, comparativamente ao verificado em outros jovens pró-sociais. Um forte compromisso com essas instituições aumenta as oportunidades de desenvolvimento de habilidades importantes para a vida, concorre para os jovens ocuparem seu tempo com atividades pró-sociais (reduzindo o tempo para atividades não estruturadas) e amplia a rede social de pares e de adultos pró-sociais. Nesse sentido, o interesse em ter êxito na escola ou no trabalho conduziria os jovens a uma rotina e a uma rede social protetoras que reduziria o risco de se envolver em condutas violentas. Para os indivíduos com forte vínculo escolar ou laboral, o envolvimento em condutas violentas se torna mais custoso, pois colocaria em risco as metas de vida e as relações estabelecidas nessa rede formada por pares e adultos pró-sociais.

Por último, passando para os fatores externos, o **apoio social** se refere ao suporte oferecido por pelo menos uma figura adulta, para as tarefas cotidianas (Borum, Bartel & Forth, 2006). Essa figura deve estar frequentemente disponível e a criança ou o adolescente deve se sentir à vontade para solicitar ajuda diante de diferentes demandas, como uma tarefa

escolar, um mal estar físico ou emocional, entre outras. Nesse sentido, adultos – pais e mães – que passam o dia todo fora de casa e não conseguem prover outra figura para substituir suas funções, mesmo que tenham orientação pró-social, podem não se constituir em figura de apoio. O apoio social de adultos pró-sociais protegem o adolescente de se envolver em atividades ou em situações de risco e também auxiliam no processo de socialização, ao oferecer modelos de conduta e ao reprovarem comportamentos desviantes e reforçarem comportamentos adequados, favorecendo o desenvolvimento pleno do adolescente (Andrews & Bonta, 2010).

Para além do suporte social, os estudos também indicam que a **vinculação com instituições/adultos** que demonstrem afeto e aceitação consiste em um importante fator de proteção contra o envolvimento em violência (Atwool, 2007; Franke, 2000). O vínculo de um indivíduo com a sociedade pode se manifestar em diferentes esferas da vida de uma pessoa. O relacionamento do indivíduo com instituições/adultos pró-sociais pode ser entendido por meio de dois conceitos: apego e empenho (Le Blanc, 1997). O elemento mais importante do vínculo de um indivíduo a uma sociedade convencional consiste no apego às pessoas. Se uma pessoa é sensível à opinião dos outros, então ela se sente na obrigação de aderir às suas normas. O apego às pessoas pró-sociais pode anular as influências criminosas, mas um apego fraco ou fragmentado aumenta a suscetibilidade a essas influências. Já o empenho refere-se a uma atitude de aceitação dessas instituições ou figuras adultas e reflete em um investimento de tempo e esforço para com elas. Se o empenho for forte, aderir a comportamentos infracionais se torna “custoso”. Uma pessoa que está tentada a cometer um crime vai avaliar os custos desse comportamento em relação ao investimento que já foi feito e o que ele espera alcançar nessas instituições (Le Blanc, 1997; Catalano & Hawkings, 2005).

Em resumo, a presente seção destacou a importância dos fatores de proteção para o desenvolvimento humano, mediante os riscos para o envolvimento em delitos violentos. Tanto as ARV quanto as intervenções devem levar esses fatores em consideração. As ARV necessitam balancear adequadamente os fatores de risco com os de proteção para obter um diagnóstico preciso da situação de cada adolescente. As intervenções, igualmente, devem visar a promoção desses fatores e não só a atenuação/eliminação dos fatores de risco.

2.4. Teorias relativas à delinquência juvenil na perspectiva da Criminologia Desenvolvimental

À luz das inúmeras investigações sobre os fatores de risco e de proteção associados ao desenvolvimento da conduta delituosa na adolescência, diversas teorias visando explicar o engajamento infracional foram elaboradas, cada uma priorizando um conjunto particular de fatores ou domínios relevantes. À título de síntese, explana-se brevemente sobre algumas das teorias contemporâneas mais proeminentes, a partir da obra *Integrated Developmental and Life-course Theories of Offending* (Farrington, 2005a). Elas serão sintetizadas a seguir com alguns acréscimos de publicações posteriores dos referidos autores. A ordem de apresentação não seguiu nenhum critério de importância, apenas a própria ordem em que elas aparecem na obra de Farrington.

Benjamin Lahey e Irwin Waldman (Lahey & Waldman, 2005), com dados do *Developmental Trends Study*, desenvolveram um modelo teórico que fornece um conjunto de fatores de natureza pessoal - temperamento e cognição - que contribuiria para o desenvolvimento da *propensão antissocial* e problemas de saúde mental relacionados. Assim, a despeito de outros fatores, indivíduos com essas características estariam mais propensos a desenvolverem problemas de conduta, segundo os autores. O primeiro fator destacado é o traço de *emotividade negativa*, que caracteriza indivíduos que ressentem mais marcadamente emoções negativas (ex: frustração, irritação e tédio). O segundo é a *audácia (daring)*, um traço que mescla aspectos dos construtos de desinibição comportamental, de busca por sensações e de busca por estímulos novos. O terceiro traço é o da *baixa pró-socialidade*, caracterizada por baixos níveis de simpatia, empatia e preocupação com os outros. Adicionalmente às três dimensões do temperamento, os autores estipulam que um *baixo nível de habilidades cognitivas* (inteligência, disfunção neuropsicológica e funcionamento executivo) e *atraso no desenvolvimento verbal* também contribuem à *propensão antissocial*. Apesar do foco em características pessoais com forte componente hereditário, os autores reconhecem que as influências ambientais são importantes para o surgimento/desenvolvimento desses déficits na infância e na adolescência.

Terrie Moffitt (1993) possui a mais conhecida das teorias da Criminologia Desenvolvimental, tendo por base as mais de 5.000 citações contabilizadas pelo *Scopus* e 10.000 pelo *Google Scholar*. Com dados do *Dunedin Longitudinal Study* e de revisão da literatura, a autora propõe duas categorias de delinquência juvenil, levando em conta padrões de conduta delituosa: os limitados à adolescência (*adolescence-limited [AL]*) e os persistentes

no curso da vida (*life-course-persistent* [LCP]). Os principais fatores relacionados à conduta delituosa dos infratores AL remetem à imaturidade e à influência dos pares; os adolescentes apresentando esse padrão de conduta tenderiam a parar de infracionar com o avançar da idade. Em relação aos infratores LCP, os principais fatores relacionados são os déficits neurodesenvolvimentais como baixos níveis de autocontrole e de habilidades cognitivas, práticas parentais ruins, desorganização familiar e baixa renda; os adolescentes apresentando esse padrão de conduta tenderiam a continuar infracionando na vida adulta. Dessa forma, a autora estipula que as subfuncionalidades neuropsicológicas e as condições ambientais adversas interagem de forma a produzir uma propensão antissocial. Na mais recente revisão de sua teoria, Moffitt (2018) inclui achados de estudos que na época em que a teoria foi formulada não estavam disponíveis, como métodos de associação genômica e de neuroimagem, e também aspectos ambientais como o baixo apego à figura materna e a experiência de disciplina severa como características marcantes dos LCP. A teoria de Moffitt é a teoria desenvolvimental mais testada, e tem resistido aos testes, mostrando sua robustez teórica-empírica.

David Farrington (2005b), o criminólogo mais notório dessa lista, também desenvolveu sua Teoria Integrada do Potencial Antissocial Cognitivo (*Integrated Cognitive Antisocial Potential* [ICAP]) para explicar o envolvimento de adolescentes de classe média-baixa em atividades delituosas, tendo como base empírica os dados do *The Cambridge Study of Delinquency*. A ICAP integra conceitos das teorias da Tensão, do Controle, do Aprendizado, da Rotulação e da Escolha Racional, mas tem como conceito chave o *Potencial Antissocial* (PA; definido como potencial para cometer delitos). A teoria estabelece que o PA se desenvolve em comportamento antissocial, ou seja, o potencial se concretiza em ação, a partir da cognição (pensamento e escolha) sobre as oportunidades e as vítimas. Farrington (2005b) postula o PA de longo prazo e o PA de curto prazo para distinguir o efeito que as variáveis exercem sobre o indivíduo. Entre as variáveis associadas ao PA de longo prazo estão a impulsividade, a tensão, a modelagem, os processos socializadores e os eventos de vida. Em relação ao PA de curto prazo estariam os fatores situacionais (oportunidade) e motivacionais (utilitarismo). Dessa forma, a ICAP estabelece que o cometimento de delito depende da interação entre o nível imediato de PA do indivíduo e as oportunidades ambientais, sendo mediado por um processo cognitivo de escolha racional (relação custo-benefício). Farrington (2014) ressalta que as pessoas tendem a fazer escolhas que pareçam racionais a elas, mas que indivíduos com baixos níveis de PA não cometeriam delitos mesmo diante uma situação que pareça racional cometer.

Catalano e Hawkins (1996), com base nos dados do *Seattle Social Development Project*, constroem seu Modelo de Desenvolvimento Social (*Social Development Model* [SDM]) a partir da integração das teorias do Controle Social, Aprendizagem Social e Associação Diferencial. Os autores identificam processos de socialização que ocorrem em quatro importantes fases – pré-escola, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – que se relacionam ao desenvolvimento do engajamento infracional. A transição entre cada fase é acompanhada por mudanças ambientais que produzem diferentes processos socializadores. O SDM possui modelos específicos para cada fase, nos quais diferentes variáveis podem atuar de forma distinta. Segundo a teoria, as crianças precisam e vão aprender padrões de comportamentos, sejam pró-sociais ou antissociais, e elas vão aprender em unidades socializadoras como famílias, escola, religião e pares. E essa socialização ocorre por meio de quatro processos: percepção de oportunidades para se envolver em atividades e interações com os outros; o grau de envolvimento e de interação; as habilidades para participar das interações; os reforços que podem vir com essas interações. Quando esses processos socializadores ocorrem de forma consistente, forma-se um vínculo social com essas unidades socializadoras, capaz de criar um controle informal e afetar o comportamento futuro em consonância com os valores dessas unidades. O SDM estabelece uma relação causal entre vínculo forte e afetivo com pares antissociais e comportamento antissocial, sendo este um dos aspectos que o diferenciam da teoria do Controle de Hirschi (1969), que caracteriza a relação entre pares desviantes como fria e frágil. Assim, o comportamento antissocial poderia surgir em três situações: 1. Quando não se desenvolve vínculos pró-sociais e, portanto, há poucos constrangimentos internos; 2. Quando o custo do delito é muito baixo e o benefício é muito alto (escolha racional baseada no custo-benefício, independente do vínculo); 3. Quando o vínculo estabelecido remete a unidades socializadoras que possuem valores antissociais.

Marc Le Blanc (1997), com base no *Montreal Two Samples Longitudinal Study*, desenvolveu uma teoria integrativa que explica o fenômeno criminal em seus três níveis: taxas de crimes em uma sociedade (criminalidade), ocorrência de um determinado delito (crime) e desenvolvimento da conduta delituosa (o infrator/o criminoso). No nível da pessoa do infrator, a teoria Integrativa do Controle Social e Pessoal estabelece quatro mecanismos que se relacionam de forma causal à conduta delituosa: vínculos com a sociedade (apego e empenho à família, escola, religião, pares), modelos (pró-sociais ou antissociais), constrangimentos (internos ou externos) e o autocontrole. Assim, o indivíduo desenvolveria um padrão de comportamento antissocial ou pró-social a partir da qualidade e da interação entre esses quatro mecanismos. Além disso, o autor estabelece dois conjuntos de fatores

contextuais que influenciam a dinâmica entre os mecanismos, mas não implicam causalidade: o *background* social e cultural e as capacidades biológicas do indivíduo. Le Blanc (2003, 2009) também postula que as trajetórias de comportamento antissocial podem ser representadas por três meta-trajetórias: delinquência comum, transitória e distintiva. A delinquência comum e a delinquência distintiva se assemelham aos AL e LCP da taxonomia de Moffitt (1993, 2018), enquanto a trajetória de delinquência transitória se posicionaria, em termos de controle e de suscetibilidade às oportunidades, em um nível intermediário entre essas duas categorias. A teoria de Le Blanc é, segundo Farrington e Ttofi (2015), a mais complexa das teorias criminológicas desenvolvimentais.

Robert Sampson e John Laub (2005), com base nos dados do estudo longitudinal *Unraveling Juvenile Delinquency* de Sheldon e Eleanor Glueck, identificaram que o fator mais forte e mais consistente relacionado à conduta delituosa oficial e autorrevelada eram os processos de controle social informal exercido pelas instituições família, escola e pares. Os fatores familiares relacionados à delinquência seriam os níveis inadequados de supervisão, a disciplina severa e/ou inconsistente e o fraco vínculo familiar. Em âmbito escolar, o principal fator seria o baixo vínculo com a escola/estudos. E em relação aos pares, a associação a pares antissociais estaria fortemente relacionado ao envolvimento com a delinquência. Entre as constatações das análises de Sampson e Laub, destacam-se que fatores como *background* social e predisposições temperamentais possuíam pouco efeito direto na delinquência, diferentemente do que muitas das outras teorias estipulam. Portanto, variáveis de *background* estrutural e social (renda, etnia, tamanho da família) e de natureza pessoal (temperamento, capacidades cognitivas) atuariam de forma indireta por meio de seus efeitos sobre os processos socializadores e sobre o controle social informal. Em consequência, os autores focam na importância dos agentes de controle informal e destacam a importância dos “pontos de virada” ao longo da vida, ocasionados por transformações sócio-relacionais atreladas à idade. Assim, os autores estipulam que a continuidade / à descontinuidade da delinquência na vida adulta depende dos eventos sociais que acompanham essa transição, como a participação no serviço militar, o envolvimento com algum trabalho estável, o casamento, entre outros.

Terence Thornberry (1987) propõe a Teoria Interacional da Delinquência, na qual o comportamento antissocial seria consequência de vínculos sociais frágeis e do envolvimento com uma rede de pares infratores. Porém, a própria conduta delituosa também atuaria para fragilizar os vínculos sociais e para fortalecer as crenças antissociais e aumentar a rede de pares infratores. Os autores observam que os vínculos sociais frágeis atuam como uma espécie de “liberdade de se comportar”, permitindo que a pessoa cometa delitos, embora não

seja uma causa direta do comportamento em si. Então, para o delito ocorrer, seria necessário um ambiente de aprendizagem específico, que no caso seria a associação a pares infratores e a adoção a valores antissociais. Posteriormente, fruto de trabalho em conjunto com Marvin Krohn (Thornberry & Krohn, 2001, 2005), a teoria se ampliou e passou a incorporar outros aspectos desenvolvimentais. Os autores atribuem o início da manifestação dos comportamentos antissociais, na infância, a características individuais (traços de impulsividade, assunção de riscos e emotividade negativa), à parentalidade ineficaz (monitoramento e disciplina) e à desvantagem social (pobreza crônica, desemprego, residência em área concentrada de pobreza). Quando os comportamentos antissociais se iniciam na adolescência, os autores atribuem causas às influências ambientais, como vínculos frágeis e associação a pares infratores. E, por último, quando os comportamentos antissociais se iniciam tardiamente, ao final da adolescência e início da vida adulta, as causas seriam os déficits individuais (baixa capacidade cognitiva e problemas internalizantes), que não se manifestaram nos estágios anteriores devido ao apoio familiar e aos ambientes protetores.

Per-Olof Wikström (2005) propôs a Teoria da Ação Situacional (*Situational Action Theory* [SAT]) que tem como objetivo explicar os mecanismos causais que levam indivíduos a violarem as regras morais estabelecidas pelas leis. Diferente da maioria das teorias, a SAT foca nos atos criminosos (*ação*) e não no indivíduo que pratica o ato criminoso. Em certa medida, é necessário identificar o que leva o indivíduo a praticar o ato, mas o que Wikström propõe é identificar os processos que conectam o indivíduo ao ambiente, de modo a produzir a ação criminosa. Dessa forma, o autor estabelece que a ação do indivíduo é consequência de como ele percebe suas opções de agir e, assim, faz suas escolhas com base em particularidades do ambiente. As opções de ação e o processo de escolha são os mecanismos situacionais que conectam o indivíduo e seu ambiente à ação. Para a SAT, os valores morais e o autocontrole (agir de acordo com os próprios valores) desempenham um papel central no processo de escolha, e as motivações (desejos, ambições, tentações) vão determinar o tipo de crime que o indivíduo se envolverá. A teoria ainda estabelece que alguns indivíduos exercem melhor autocontrole que outros, resistindo às tentações e, portanto, violando as regras/leis com menos frequência. A origem do autocontrole residiria nas capacidades executivas, desenvolvidas pela interação entre fatores biológicos e experiências de vida.

Uma vez sintetizados os aspectos mais salientes de cada teoria, notam-se pontos convergentes e divergentes entre elas. Um aspecto importante que se destaca refere-se à variedade de fatores que cada teoria identifica como relevante, coincidindo, algumas vezes, mas muitas vezes não. A esse respeito surge o questionamento se as teorias não deveriam

apresentar maior grau de convergência entre si, dado que todas se desenvolveram amparadas por dados de pesquisas empíricas de amostras populacionais. A resposta é não. As diferenças metodológicas entre os estudos – instrumentos e variáveis mensuradas de forma distintas – e as especificidades socioculturais do contexto em que os estudos foram realizados proporcionaram a diversidade teórica.

Outro ponto que se pode observar é que a maioria das teorias descritas nesse tópico trata, na verdade, da elaboração e/ou da integração de outras teorias como do Aprendizado Social (Bandura, 1977; Burgess & Akers, 1966; Akers, Krohn, Lanza-Kaduce & Radosevich, 1979), da Associação Diferencial (Sutherland, 1947), do Controle (Hirschi, 1969), da Escolha Racional, da Rotina (Cohen & Felson, 1979) da Rotulação (Knutsson, 1977) ou da Teoria Geral do Crime (Gottfredson, M. R., & Hirschi, 1990). Essa constatação ressalta a força dos construtos trazidos por essas teorias, digamos “clássicas”, para a explicação da conduta delituosa. Conceitos como vínculo, controle informal e aprendizado social ressurgem na maioria das teorias descritas, o que nos permite cogitar a existência de fatores explicativos universais e outros específicos a cada realidade sociocultural.

Por fim destaca-se que, de um lado, há teorias bastante concisas – como a de Lahey e Waldman – que fornecem alguns poucos fatores-chave para a modificação do comportamento, o que pode facilitar a elaboração e a implementação de programas de intervenção psicossocial; essas, porém, ignoram fatores socioculturais sabidamente importantes. De outro lado, há teorias bastante abrangentes – como a de Le Blanc – que apresentam uma complexa teia de influências recíprocas entre variáveis que contemplam múltiplos domínios, mas que são impraticáveis no contexto da prática profissional pela restrição de tempo e de recursos. A esse respeito, os critérios de relevância dos fatores, propostos por Luthar (2006), são fundamentais para guiar a aplicação das teorias.

Considerando esses três pontos – os aspectos universais; os fatores contextuais, sociais e culturais específicos de cada localidade; e a necessidade da relevância tanto teórica quanto prática da teoria – torna-se evidente a carência de uma referência teórica e prática que possa ser empregada para guiar a proposição de políticas públicas e as práticas do judiciário, no Brasil. Apesar das generalizações que se podem fazer das teorias criminológicas desenvolvidas em outros países, o desenvolvimento da criminologia brasileira depende necessariamente de um processo de aproximação e de conhecimento da própria população brasileira, por meio de levantamento e de monitoramento periódico de variáveis como as crenças, os valores, as atitudes e os comportamentos especialmente da população jovem.

